



A Kulturkämpfe neoconservadora¹

*Andrew Hartman*²

Tradutor: Cayo Honorato³

-
- 1 O texto em questão corresponde ao capítulo 2 do livro *A war for the soul of America: a history of the culture wars* (Uma guerra pela alma dos Estados Unidos: uma história das guerras culturais), de Andrew Hartman, publicado em 2015 pela University of Chicago Press, com sede em Chicago e Londres.
 - 2 Andrew Hartman é professor de História na Illinois State University, onde ensina sobre a história intelectual, cultural e política dos Estados Unidos. É doutor em História pela George Washington University.
 - 3 Cayo Honorato é professor de Teoria e História da Educação em Artes Visuais na Universidade de Brasília (UnB), onde ensina, principalmente, sobre educação e mediação cultural em espaços museais. É doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

RESUMO

Se os Novos Esquerdistas deram forma a um lado das guerras culturais, aqueles que passaram a ser chamados de neoconservadores foram extremamente influentes na formação do outro. O neoconservadorismo – um rótulo aplicado a um grupo de intelectuais liberais proeminentes que se moveram para a direita do espectro político estadunidense durante os anos 1960 – tomou forma precisamente em oposição à Nova Esquerda. Em sua reação à Nova Esquerda, em sua defesa vigorosa das instituições estadunidenses tradicionais e ataque total aos intelectuais que, nas palavras de Lionel Trilling, compunham uma “cultura adversária”, os neoconservadores ajudaram a redigir os próprios termos das guerras culturais.

Palavras-chave: neoconservadores; cultura adversária; guerras culturais; Nova Esquerda.

ABSTRACT

If the New Leftists gave form to one side of the culture wars, those who came to be called neoconservatives were extremely influential in the formation of its other side. Neoconservatism – a label given to a group of prominent liberal intellectuals who moved to the right of the political spectrum in the United States during the 1960s – took form precisely in opposition to the New Left. In their reaction to the New Left, in their vigorous defense of the traditional institutions of the United States and in their total attack against the intellectuals who, in the words of Lionel Trilling, formed an “adversary culture”, the neoconservatives helped to draft the very terms of the culture wars.

Keywords: neoconservatives; adversary culture; culture wars; New Left.

INTRODUÇÃO

Se os novos esquerdistas deram forma a um lado das guerras culturais, aqueles que passaram a ser chamados de neoconservadores foram extremamente influentes na formação do outro. O **neoconservadorismo** – um rótulo aplicado a um grupo de intelectuais liberais proeminentes que se moveu para a direita do espectro político estadunidense durante os anos 1960 – tomou forma precisamente em oposição à Nova Esquerda. Em reação à Nova Esquerda, e em defesa vigorosa das instituições estadunidenses tradicionais e ataque total aos intelectuais que, nas palavras de Lionel Trilling (2010), compunham uma “cultura adversária”, os neoconservadores ajudaram a redigir os próprios termos das guerras culturais.⁴

Quando pensamos sobre a investida neoconservadora como o outro lado da Nova Esquerda, devemos situá-la, historicamente, em relação ao que Corey Robin (2011, p. 4) chama de “a mente

.....
4 A melhor história do neoconservadorismo é encontrada em Vaisse (2010).

reacionária”. Robin considera o conservadorismo “uma meditação – e uma interpretação teórica – sobre a experiência vivida de se ter poder, vê-lo ameaçado e tentar conquistá-lo de volta” (ROBIN, 2011, p. 4). De maneira um tanto semelhante, George H. Nash (1998, p. 14) define o conservadorismo como “a resistência a certas forças percebidas como esquerdistas, revolucionárias e profundamente subversivas”. Muitos estadunidenses viram os vários movimentos da Nova Esquerda dos anos 1960 como “profundamente subversivos” do *status quo*. Os neoconservadores articularam melhor essa reação. Em meio a uma cultura nacional transformada pelos movimentos de libertação dos anos 1960, os neoconservadores ficaram famosos por seus esforços para “reconquistá-la” (ROBIN, 2011; NASH, 1998).⁵

Uma das principais suposições dos conservadores que tomaram parte nas guerras culturais era a de que a cultura estadunidense estava em declínio. Ao longo do século XX, a maioria dos conservadores estadunidenses, especialmente aqueles com uma inclinação teológica fundamentalista cristã, localizou as origens da decadência cultural estadunidense no darwinismo, na crítica da Bíblia e em outros arautos do secularismo do século XIX. Os neoconservadores, em contraste, acreditavam que o declínio resultava de fenômenos bem mais recentes. Por exemplo, Gertrude Himmelfarb (1995), a eminente historiadora da Grã-Bretanha vitoriana, elaborou uma narrativa de decadência convincente que, embora eclética, demonstrou muito bem como os neoconservadores diferenciavam sua visão moral de tudo o que os anos 1960 passaram a significar. Himmelfarb argumentou que, envolta em virtudes vitorianas, a cultura ocidental resistiu às tempestades da modernidade – isto é, até os anos 1960. Foi somente durante e depois dessa década marcante que as certezas morais da mente vitoriana

.....
5 Robin cita a passagem de Nash para afirmar sua posição de uma perspectiva avaliadora diversa.

foram destruídas por um *éthos* contracultural que se popularizou (HIMMELFARB, 1995).

A narrativa de declínio de Himmelfarb (1995) foi um exemplo das muitas maneiras pelas quais os neoconservadores dotaram o movimento conservador de uma estrutura mais contemporânea para se engajar nas guerras culturais. O marido de Himmelfarb, Irving Kristol – o “padrinho do neoconservadorismo” e um dos poucos que realmente adotou o rótulo para si mesmo –, argumentou que o neoconservadorismo tinha a tarefa de converter “[...] o partido republicano e o conservadorismo americano em geral, contra suas respectivas vontades, em um novo tipo de política conservadora adequada para governar uma democracia moderna”. Embora Kristol tenha superestimado o significado mais amplo do movimento que ajudou a fundar, sua avaliação foi precisa no que diz respeito ao papel particular que o neoconservadorismo desempenhou no estabelecimento dos termos das guerras culturais (HEILBRUNN, 2008).

O neoconservadorismo foi o principal oponente ideológico da Nova Esquerda. Ao assumir esse dever, os neoconservadores se prontificaram para uma resposta hostil. Felizmente para eles, suas experiências anteriores os prepararam bem para a tarefa. Muitos dos primeiros neoconservadores eram membros da “família”, designação apropriada de Murray Kempton para o clã beligerante também conhecido como “os intelectuais de Nova Iorque”. Eles haviam atingido a maioria na década de 1930, na Faculdade Municipal de Nova Iorque (CCNY), um destino comum para judeus inteligentes da classe trabalhadora que poderiam ter frequentado uma *Ivy League* caso não houvesse cotas nessas escolas – até depois da Segunda Guerra Mundial – proibindo a matrícula de muitos judeus. Himmelfarb, Kristol e seu meio aprenderam a arte da polêmica durante os anos passados na famosa cafeteria Alcova n° 1 da CCNY, onde jovens trotskistas travaram uma guerra ideológica contra os estudantes comunistas que ocupavam a Alcova n° 2. Durante seus

flertes com o trotskismo na década de 1930, quando as brigas com outros estudantes radicais pareciam uma questão de vida ou morte, os futuros neoconservadores desenvolveram hábitos mentais que nunca se atrofiaram. Eles se apegaram ao seu espírito combativo, seu gosto por declarações radicais e sua desconfiança dos dogmas esquerdistas. Além disso, muito após terem renegado o marxismo político, eles mantiveram a tendência marxista analítica de diagnosticar problemas em relação às suas causas primeiras, lógicas internas e estruturas abrangentes. Os intelectuais nova-iorquinos defendiam uma compreensão universal do mundo e acreditavam que qualquer problema, por mais provincial que fosse, deveria estar relacionado a forças maiores. Esse pano de fundo epistemológico dotou os neoconservadores do que parecia uma capacidade intuitiva de criticar os argumentos da Nova Esquerda. Eles eram excepcionalmente qualificados para o trabalho de traduzir os discursos da Nova Esquerda para um movimento conservador fervoroso em seu desejo de conhecer seu inimigo (ARGUING THE WORLD, 1998; PODHORETZ, 1999; WALD, 1987).⁶

Enquanto para muitos neoconservadores confrontar a Nova Esquerda era uma tarefa que frequentemente resultava na quebra de amizades, para Irving Kristol parecia ser mais prazeroso do que desgastante. Ele tinha eliminado qualquer afeto residual que havia nutrido pela política radical muito antes de a revolução voltar à moda nos anos 1960. Em 1947, ele se juntou à equipe da *Commentary*, uma pequena revista publicada pelo *American Jewish Committee* (Comitê Judeu Americano) que professava um tipo sofisticado de anticomunismo. Como um liberal quintessencial da Guerra Fria desde o momento em que Winston Churchill anunciou que uma “cortina de ferro” havia descido sobre a Europa, Kristol (1970) estava bem-posicionado ao escrever para a *Commentary*. Em 1953,

6 Norman Podhoretz tornou famoso o rótulo de Kempton: *Ex-friends: falling out with Allen Ginsberg, Lionel and Diana Trilling, Lillian Hellman, Hannah Arendt, and Norman Mailer* (1999).

mudou-se para Londres, onde ajudou Stephen Spender a fundar o *Encounter*, órgão literário do *Congress for Cultural Freedom* (Congresso para a Liberdade Cultural). O congresso foi encarregado de mostrar como as nações capitalistas eram mais receptivas à inovação cultural do que as sociedades comunistas. Além de ajudar nessa missão, o *Encounter* também buscou acabar com a inclinação para se permanecer neutro na Guerra Fria, vigente na cabeça de muitos intelectuais da Europa Ocidental (SPENDER, 1963).

Em 1966, tanto a revista *Ramparts*, da Nova Esquerda, quanto o *The New York Times* relataram que a Agência Central de Inteligência (CIA) havia subsidiado o *Encounter* por muitos anos, incluindo o período em que Kristol foi editor, que durou até 1958. Em resposta a essas revelações, o historiador Christopher Lasch (1969), na época um favorito da Nova Esquerda, acusou Kristol e seus colegas liberais da Guerra Fria de demonstrar “[...] uma fé inabalável nas boas intenções do governo estadunidense” (LASCH, 1969, p. 172). Na opinião de Lasch, uma vez que os intelectuais tinham a responsabilidade de permanecer independentes, aqueles que aceitaram subornos do governo perderam a credibilidade. Diana Trilling, uma crítica literária do *Encounter*, admitiu que ela e seus colegas suspeitaram que a CIA havia financiado seus esforços. Kristol jamais admitiu isso. Mas, quer ele estivesse ou não ciente da generosidade da CIA, é duvidoso que tal patrocínio tenha moldado sua orientação editorial. Mesmo antes de seu mandato no *Encounter*, Kristol era um anticomunista rigoroso. A Guerra Fria revelou que esquerdistas antistalinistas como Kristol eram tipicamente mais antistalinistas do que esquerdistas. O anticomunismo de Kristol era tão profundo que ele defendeu publicamente o combativo Joe McCarthy, violando o estilo declaradamente moderado do liberalismo da Guerra Fria. “Há uma coisa que o povo americano sabe sobre o senador McCarthy”, escreveu Kristol: “Ele, assim como o povo, é inequivocamente anticomunista. E quanto aos porta-vozes do liberalismo

americano, o povo sente que eles não sabem disso” (KRISTOL apud STEINFELS, 1979, p. 82).

Em 1965, Kristol começou um novo jornal junto com seu colega intelectual nova-iorquino e ex-camarada da Alcova nº 1, o sociólogo Daniel Bell. Originalmente, Kristol e Bell buscaram posicionar o jornal acima da briga ideológica. Isso ficou claro pelo título do jornal, *The Public Interest* (O interesse público), derivado de uma passagem reveladora de Walter Lippmann (1989, p. 42): “O interesse público pode ser considerado o que os homens escolheriam se vissem com clareza, pensassem racionalmente, agissem de forma desinteressada e benevolente”. Essas intenções eram consistentes com a obsessão do liberalismo da Guerra Fria pelo consenso, pelo pluralismo e pela expertise técnica – um *zeitgeist* que encontrou sua apoteose no livro de Bell de 1960, *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties* (O fim da ideologia: sobre a exaustão das ideias políticas nos anos 1950. De acordo com esses pensadores ditos pluralistas que dominaram o pensamento social estadunidense durante os anos 1950 (GERSON, 1994), a era das ideologias incrustadas, quer expressas pela esquerda ou pela direita, havia se tornado obsoleta com a era da riqueza. Governar de acordo com a experimentação científica seria a nova ordem. O presidente John F. Kennedy atestou esse *éthos* tecnocrático em um discurso de 1962, no qual declarou que os problemas da nação eram meramente “técnicos e administrativos” e, como tais, “[...] não se prestam ao tipo de movimentos apaixonados que tantas vezes agitou este país no passado” (SANDEL, 1998, p. 265).⁷

Embora *The Public Interest* tenha começado em chave tecnocrática, a revista rapidamente se tornou mais conhecida pelo seu profundo ceticismo em relação aos méritos da reforma liberal.⁸ Na

.....
7 O provável autor do discurso de Kennedy foi seu conselheiro Arthur Schlesinger Jr., autor de um livro pluralista influente: *The vital center: the politics of freedom*, de 1949.

8 Nos Estados Unidos, o termo liberal – conforme a divisão entre liberais e conservadores como as principais categorias para se pensar a política nesse país – corresponde, grosso modo, aos setores progressistas ou democratas da sociedade (N. T.).

verdade, *The Public Interest* foi fundamental para minar a ideia liberal de que a política governamental poderia resolver os problemas relacionados ao racismo e à pobreza. De maneira sistemática, tal jornal deu espaço para acadêmicos influentes que consideravam tais noções ingênuas e, em última análise, perigosas em sua tendência para piorar as coisas. Kristol, que havia demonstrado os primeiros sinais de pessimismo com a reforma liberal, liderou a investida da revista nessa direção. Embora durante a maior parte dos anos 1960 ele tenha afirmado apoiar um sistema de bem-estar social generoso para os estadunidenses pobres, o título de um artigo da Harper que ele escreveu, em 1963 – *Is the welfare state obsolete?* (O Estado de bem-estar social é obsoleto?) –, apontou suas suspeitas latentes. Em 1971, Kristol (1995) transmitiu suas dúvidas de forma mais explícita em uma revisão desfavorável, no *Atlantic*⁹, do livro “bruto” e “quase-marxista” de Frances Fox Piven e Richard Cloward, *Regulating the poor: the function of public welfare* (Regularizando os pobres: a função do bem-estar público). Enquanto Piven e Cloward afirmavam que os pobres mereciam benefícios de bem-estar mais generosos e com menos restrições, Kristol (1995) acreditava que o bem-estar havia se tornado “[...] um círculo vicioso em que a melhor das intenções se funde com o pior dos resultados” (KRISTOL, 1995, p. 49). Antecipando uma série de críticos conservadores posteriores dessa política social, Kristol argumentou que um sistema mais generoso criaria mais dependência. Essa lógica prevaleceu em *The Public Interest* desde, pelo menos, 1966, quando o colaborador frequente Earl Raab (1966) escreveu um artigo criticando a “guerra contra a pobreza” do presidente Lyndon Johnson, uma peça fundamental nos esforços mais amplos de Johnson para criar uma Grande Sociedade. Raab argumentou que os esforços do governo para suplementar a renda das pessoas capazes de trabalhar “[...] atribuiria a elas um emblema

9 Publicado no *Atlantic* como *The best of intentions, the worst of results*, em 1971, o texto de Kristol foi reimpresso em *Neoconservatism: the autobiography of an idea* (N. R.).

de status social inferior” (RAAB, 1966, p. 46) – um exemplo das muitas maneiras pelas quais o jornal neoconservador nascente destacou as consequências indesejadas da reforma liberal.

Embora Kristol tenha reconhecido, em 1963, que considerava duvidosos alguns aspectos dos esforços do Partido Democrata para expandir o Estado de bem-estar social, sua lealdade ao partido do liberalismo da Guerra Fria persistiu até 1968, quando ele votou no candidato democrata à presidência Hubert Humphrey. Apenas dois anos depois, porém, Kristol estava jantando na Casa Branca com Nixon, com quem compartilhava, então, um ódio pela Nova Esquerda. De acordo com o *The New York Times*, que deu notícia do jantar em uma reportagem sobre a intensificação das medidas de vigilância do governo após os atentados da Nova Esquerda, Kristol concordou com a repressão de Nixon, comparando “[...] jovens americanos de classe média, brancos, que recorrem à violência” (NAUGHTON, 1970, p. 1) com o privilegiado movimento russo Narodniki, que assassinou o czar Alexandre.

Em 1972, Kristol se juntou a 45 intelectuais, incluindo Himmelfarb e vários outros neoconservadores incipientes, para assinar um anúncio de página inteira que foi veiculado no *The New York Times* pouco antes da vitória esmagadora de Nixon sobre George McGovern. “Dentre os dois principais candidatos à Presidência dos Estados Unidos”, declararam os signatários, “acreditamos que Richard Nixon demonstrou uma capacidade superior para uma liderança prudente e responsável” (KRISTOL *et al.*, 1972a). Se o seu único ponto de discórdia fossem as bem-intencionadas, embora ineficazes, políticas de bem-estar social, Kristol e seus colegas poderiam ter permanecido democratas em 1972. Eles se juntaram a Nixon porque acreditavam que a Nova Esquerda, na forma do movimento “Nova Política”, que permitiu a indicação de McGovern, havia capturado o Partido Democrata. Diana Trilling, que se recusou a assinar a declaração, afirmou que o anúncio pró-Nixon marcou o advento do movimento neoconservador. Certamente não foi uma

coincidência que 1972 tenha sido o ano em que Kristol se tornou um membro do *American Enterprise Institute* (Instituto da Iniciativa Americana) e colunista do *The Wall Street Journal* – o ano em que Kristol, em suma, se tornou um membro de pleno direito do movimento conservador.

Embora a indicação de McGovern representasse um ponto de ruptura para Kristol e muitos outros liberais da Guerra Fria, a frustração destes com a crescente influência da Nova Esquerda vinha borbulhando em direção à superfície há anos. A primeira fagulha foi a controvérsia em que mergulhou o “Relatório Moynihan” – como para sempre ficou conhecido. Daniel Patrick Moynihan – um sociólogo urbano que contribuía regularmente para o *The Public Interest* e que teve uma longa carreira na política, que culminou em um mandato de 24 anos no Senado dos Estados Unidos – escreveu um artigo polarizador, em 1965, enquanto servia como secretário assistente do trabalho na administração Johnson. Em seu polêmico relatório, oficialmente intitulado *The negro family: the case for national action* (A família negra: por uma ação nacional), Moynihan argumentou que os direitos iguais conquistados pelos negros na esfera legal – frutos do movimento pelos direitos civis – trouxeram novas expectativas de resultados iguais. Mas alcançar resultados iguais seria mais difícil para os negros porque eles não tinham as condições culturais necessárias para competir com os brancos – uma estrutura analítica que Moynihan extraiu da escola de sociologia de Chicago, que dominou a disciplina desde a Era Progressista. Os sociólogos da Universidade de Chicago explicaram a pobreza negra urbana como resultado da “desorganização social” produzida pelo atraso cultural dos migrantes negros do sul rural, quando estes se mudaram para as cidades do norte. Visto que a pobreza se originava de um comportamento culturalmente condicionado, sua solução era aclimatar os migrantes negros aos hábitos industriais modernos. Para céticos fervorosos como Moynihan, a ideia de que a cultura impedia os esforços da reforma liberal era

uma lente iluminadora para se ver a pobreza negra (RAINWATER; YANCEY, 1967).¹⁰

O aspecto mais controverso do Relatório Moynihan foi seu foco em como as diferenças na estrutura familiar isolavam os afro-americanos do resto da nação. “O problema fundamental”, argumentou Moynihan, “é que a família negra nos guetos urbanos está se desintegrando” (RAINWATER; YANCEY, 1967, p. 43). Moynihan foi cauteloso quanto ao que veio primeiro: desintegração familiar ou pobreza. Em primeiro lugar, ele considerava a instabilidade familiar “[...] a fonte fundamental da fraqueza da comunidade negra na atualidade” e considerava a cultura do gueto um “[...] emaranhado de patologias” (RAINWATER; YANCEY, 1967, p. 51), cuja disfunção era exclusividade da cultura negra. A causa de tal disfunção, argumentou Moynihan, era que a família negra tendia a ser matriarcal, um padrão que remontava à escravidão. Isso, acreditava ele, colocava os negros em nítida desvantagem, uma vez que as famílias sustentadas exclusivamente por homens eram a fonte da estabilidade da família estadunidense. Contudo, apesar dessa acentuação da cultura da pobreza, Moynihan concluiu seu relatório com um apelo à expansão dos programas de empregos, uma vez que a família negra só poderia se tornar economicamente saudável se os homens negros tivessem empregos com remuneração decente. Esta “chamada para uma ação nacional” foi parar no discurso de apresentação de Lyndon Johnson – coescrito por Moynihan – na Howard University em 4 de junho de 1965, em que o presidente afirmou buscar “[...] não apenas a igualdade como um direito e uma teoria, mas a igualdade como um fato e como resultado” (RAINWATER; YANCEY, 1967, p. 126).

O Relatório Moynihan rapidamente se tornou uma sensação nacional. Em parte, isso se deveu ao violento motim racial que explodiu em Watts naquele verão: a teoria de Moynihan era a explicação convencional de porquê os negros se revoltavam com tanta

.....
10 Para mais detalhes sobre a Escola de Sociologia de Chicago, ver Reed (2008).

raiva, mesmo após a aprovação dos Direitos Civis e dos *Voting Rights Acts* (Atos sobre o direito ao voto). O *The Wall Street Journal* detalhou o que houve em Watts em um artigo inspirado no Relatório Moynihan, intitulado *Family life breakdown in negro slums sows seeds of race violence: husbandless homes spawn young hoodlums, impede reforms, sociologists say*” (A desagregação da vida familiar em favelas negras semeia sementes de violência racial: lares sem maridos geram jovens desordeiros e impedem reformas, dizem os sociólogos). Além desse eco estúpido, porém, as reações ao Relatório Moynihan foram diversas. Um autodenominado “contribuinte enojado” de Louisiana enviou a Moynihan uma carta cáustica, que circunscrevia a resposta racista:

Pessoas como você me dão náusea. Você frequenta a escola a maior parte da sua vida e aprende muito sobre os livros, mas sabe tanto sobre o negro quanto eu sobre os esquimós. Nunca houve uma família negra para se deteriorar, isto é, como os brancos conhecem uma família.¹¹

Moynihan esperava esse tipo de amargura dos apologistas das leis de Jim Crow. Mas ele foi pego de surpresa quando uma série de líderes pelos direitos civis e intelectuais denunciaram a ênfase gratuita do relatório na patologia negra, temendo que isso pudesse ser usado como justificativa para limitar o escopo da reforma. Escrevendo na *New York Review of Books*, Christopher Jencks criticou a “[...] suposição norteadora de Moynihan de que a patologia social é causada menos por defeitos básicos do sistema social do que por defeitos dos indivíduos e grupos específicos que impedem seu ajuste ao sistema. Nesse caso, a receita é mudar o desvio, não o sistema” (RAINWATER; YANCEY, 1967, p. 217).

.....

11 A carta do cidadão da Louisiana se encontra nos documentos de Daniel Patrick Moynihan, na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso, em Washington, DC. Daqui em diante: Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, Artigos de Moynihan, Caixa I: 184, Pasta 1.

Graças a essa disputa pública, o Relatório Moynihan instigou um debate nacional sobre a expansão do Estado de bem-estar social e se essa era a solução para os problemas de pobreza e raça. O mesmo debate teve espaço nas páginas mais exclusivas do *The Public Interest*. A posição de Moynihan sobre o assunto, tal como a da maioria dos neoconservadores emergentes, estava em rápida evolução. Quando escreveu seu relatório, em 1965, Moynihan argumentou que a taxa de crianças negras nascidas fora do casamento, uma das várias patologias que o preocupavam, era correlata aos níveis de desemprego dos negros. Foi por isso que ele concluiu o relatório com um argumento favorável a um programa de empregos. Alguns anos depois, um número ainda maior de famílias negras estava recebendo assistência social. No entanto, para piorar, o nascimento de crianças negras fora do casamento continuava a subir, apesar do fato de que as taxas de desemprego entre os negros haviam melhorado significativamente. Esses fatores contraintuitivos ajudaram a convencer Moynihan de que a ação do governo por si só não poderia melhorar a vida dos negros pobres (GEARY, 2011).

Devido, em parte, ao sucesso ideológico dos movimentos de libertação dos anos 1960, especialmente o *Black Power*, um grande número de críticos rejeitou fortemente a lógica que sustentava boa parte do Relatório Moynihan. Em particular, os detratores de Moynihan, que eram de esquerda, rejeitaram o conceito de que a cultura afro-americana era uma versão distorcida da cultura estadunidense branca. Eles também repudiaram a suposição corolária de que a assimilação das normas prescritas – características de uma concepção normativa dos Estados Unidos – era o único caminho para a igualdade. Em sua crítica amarga do Relatório Moynihan, William Ryan, psicólogo e ativista dos direitos civis, cunhou a frase “culpar a vítima” para o que descreveu como o ato de Moynihan de “justificar a desigualdade encontrando defeitos nas vítimas da desigualdade” (RYAN, 1965). Assim como Stokely Carmichael e

Charles Hamilton, teóricos do *Black Power*, explicaram a desigualdade racial em termos institucionais, Ryan enfatizou como a estrutura social estadunidense favorecia os brancos em detrimento dos negros. O comportamento dos pobres negros, fosse realmente disfuncional ou não – e Ryan levantou preocupações sobre a validade dessa afirmação – nada mais era do que uma cortina de fumaça (RYAN, 1965 apud RAINWATER; YANCEY, 1967).¹²

A mudança de Moynihan do liberalismo para o neoconservadurismo, talvez mais do que qualquer outra pessoa que andou por essas terras, foi parcialmente devido à angústia pessoal que ele sofreu quando seus críticos de esquerda o acusaram de culpar a vítima, uma forma educada de chamá-lo de racista. “Passei grande parte da minha vida adulta trabalhando pela igualdade racial” (HODGSON, 2000, p. 19), refletiu Moynihan mais tarde:

[...] ajudei a montar o programa de combate à pobreza, defini o tema e escrevi o primeiro rascunho do discurso do presidente Johnson na Howard University, que ele iria descrever como o melhor discurso sobre direitos civis que ele já fez, apenas para me descobrir de repente um símbolo do reacionarismo. (HODGSON, 2000, p. 100-101)

Em seu artigo de 1967 descrevendo as consequências do Relatório, Moynihan concluiu que o debate honesto sobre raça e pobreza não era mais possível. “O tempo em que os homens brancos, quaisquer que fossem seus motivos, podiam dizer aos negros o que era ou não era bom para eles, definitivamente e decididamente acabou. Uma era de maus modos certamente começou” (HODGSON, 2000, p. 129).

Da perspectiva de Moynihan, o fracasso da esquerda em abordar as causas da desordem urbana significava que se tornara “necessário”, como ele disse a uma audiência de importantes liberais da Guerra

12 O artigo *Savage discovery: the Moynihan report*, de William Ryan, originalmente publicado na *The Nation*, foi republicado em Rainwater e Yancey (1967).

Fria, em 1967, “*buscar e fazer alianças muito mais eficazes com políticos conservadores*” (MOYNIHAN, informação verbal, 1967). Seguindo seu próprio conselho, Moynihan aceitou o convite de Nixon para ingressar em seu gabinete, em 1969, como conselheiro do presidente para assuntos urbanos. Durante o tempo em que trabalhou para Nixon, Moynihan escreveu para o presidente vários memorandos excepcionalmente sinceros. Um desses memorandos, de 1970, *A general assessment of the position of the negro* (Uma avaliação geral da posição dos negros), tornou Moynihan o assunto de outra controvérsia racial depois que vazou para a imprensa. No memorando, Moynihan expressou sua preocupação de longa data de que os negros estavam se comportando de maneiras cada vez mais antissociais. “Além das atitudes raciais dos brancos”, argumentou ele, o maior problema que afligia os negros estadunidenses era que eles “ferem uns aos outros”. “Pode ter chegado o tempo em que a questão racial se beneficiaria de um período de abandono benigno”.¹³ Os críticos martelaram Moynihan pela expressão “abandono benigno” – um epíteto usado depois para classificar Moynihan como um racista –, mas ignoravam o contexto mais amplo do argumento. Mesmo tendo ficado cético em relação às reformas governamentais, Moynihan não se opôs a todas as medidas para melhorar as condições de vida dos negros nas cidades. Em vez disso, ele apenas queria reduzir a retórica racial, fosse ela de líderes do *Black Power*, como Carmichael, ou de conservadores inflamados, como o vice-presidente Spiro Agnew. “O debate foi tomado por histéricos, paranoicos e corruptos de todos os lados”, declarou Moynihan.¹⁴ A resposta à análise que Moynihan fez da questão racial convenceu os neoconservadores de que a maioria dos liberais estadunidenses não estava disposta a travar as batalhas que garantiriam a sobrevivência de uma sociedade ordeira. Mais tarde, em 1970, em outro

.....
13 Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, Artigos de Moynihan, caixa I: 255, pasta 1.

14 Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, Artigos de Moynihan, caixa I: 255, pasta 1.

memorando escrito em benefício de Nixon, Moynihan alertou sobre a grave ameaça representada pelo “colapso dos valores tradicionais”. Ele pressupôs que a anarquia moral que assolava a nação encorajou o caos que devasta suas cidades. Ele aconselhou Nixon que, mais do que esperar o apoio da “maioria silenciosa” em resposta a seus apelos por “lei e ordem”, o presidente deveria promover uma aliança com o grupo de intelectuais liberais não tão silencioso que escrevia para o *The Public Interest*. Esses pensadores, afirmou Moynihan, apoiavam os esforços de Nixon para reprimir os “revolucionários declarados” que semearam a desordem na terra. Entre esses intelectuais, “há uma percepção cada vez maior do quão frágil e vulnerável é uma sociedade livre e de quanto cuidado é necessário para preservá-la”.¹⁵

Dentre os intelectuais proeminentes que Moynihan contava como aliados de Nixon estava Norman Podhoretz, o editor de longa data da *Commentary*, outra revista crucial para a formação da investida neoconservadora. Como Kristol e os outros intelectuais de Nova Iorque, Podhoretz cresceu no Brooklyn, criado por imigrantes judeus da classe trabalhadora. Em contraste, no entanto, Podhoretz frequentou a Universidade de Columbia. Dez anos mais novo que Kristol, ele estava entre a primeira geração de judeus da classe trabalhadora admitidos nas escolas da *Ivy League* nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial. Depois de ser orientado em Columbia por Lionel Trilling, Podhoretz formou-se em crítica literária em Oxford. Mas ele passou a maior parte da década de 1950, com exceção de uma breve temporada no Exército, ascendendo rapidamente na hierarquia intelectual de Nova Iorque. Uma espécie de prodígio, em 1960 foi nomeado editor-chefe da *Commentary*, cargo que ocupou até 1995. Sob a competência editorial de Podhoretz, a pequena publicação judaica rapidamente se

.....
15 Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, Artigos de Moynihan, caixa I: 245, pasta 3.

tornou uma das revistas mais empolgantes e, finalmente, influentes dos Estados Unidos.

Na década de 1970, Podhoretz juntou-se a Kristol como um farol do movimento intelectual conservador. Mas, para chegar a esse destino final, os dois percorreram estradas um tanto diferentes. Ao contrário da geração do Alcova nº 1, Podhoretz nunca foi um trotskista. Ele se posicionou como um liberal da Guerra Fria durante a maior parte da década de 1950, mas, em contraste com o enfoque dos ex-trotskistas, o anticomunismo ainda não era sua principal preocupação naquela época. Talvez por esse motivo, Podhoretz foi mais aberto às ideias da Nova Esquerda que surgiram no início dos anos 1960. Depois que ele assumiu a posição de editor na *Commentary*, o primeiro movimento de Podhoretz foi publicar *Growing up absurd* (Criando o absurdo), de Paul Goodman, em três partes. Sinalizando a direção que a revista tomaria durante os anos 1960, Podhoretz também exibiu escritores prototípicos da Nova Esquerda, como Norman Brown e Norman Mailer, este último considerado um amigo próximo por Podhoretz, pelo menos por um curto período de tempo. Podhoretz afirmou que nunca foi um Novo Esquerdista. Mas, no mínimo, ele era um companheiro de viagem – o que foi evidenciado não só por aqueles com quem conviveu e publicou, mas também por seus editoriais na *Commentary*. Em um desses ensaios, ele acusou Lyndon Johnson de fabricar a crise do Golfo de Tonquim (JEFFERS, 2010).

Como no caso de Moynihan, a ruptura de Podhoretz com a esquerda foi motivada, em parte, por fatores pessoais. E, como Kristol, Podhoretz deu os primeiros sinais de que essa ruptura estava por vir. Em 1963, ele escreveu um ensaio para a *Commentary*, *My negro problem — and ours* (Meu problema com o negro – e o nosso), que gerou burburinho entre os literatos por sua admissão honesta de que a maioria dos brancos, mesmo os liberais, estavam “[...] transtornados e fastiados em seus sentimentos sobre os negros” (PODHORETZ, 1963, p. 98). Em uma conversa com James

Baldwin, que convenceu Podhoretz a escrever *My negro problem*, Podhoretz disse que se cansou das reivindicações dos negros por tratamento especial, visto que os judeus nunca receberam tal tratamento e ainda assim conseguiram superar a discriminação do passado. Ele apontou para suas memórias de infância das crianças negras em sua vizinhança no Brooklyn: em vez de se concentrar em seus estudos como ele e seus amigos judeus faziam, eles vagavam pelas ruas aterrorizando Podhoretz e as outras crianças brancas. Ao escrever esse artigo, Podhoretz (1963) afirmou que sua intenção era meramente demonstrar as dificuldades apresentadas pela integração racial. Mas muitos leitores interpretaram de forma diferente. Stokely Carmichael, que nunca mediu palavras, proclamou que Podhoretz era, simplesmente, um racista (CARMICHAEL apud GERSON, 1994, p. 89).

Alguns anos depois, Podhoretz foi mais uma vez envolvido em uma disputa literária com a publicação de *Making it* (Chegando lá), seu livro de memórias confessionais de 1967 que pode ser considerado sua realização literária mais duradoura. Nesse livro, Podhoretz argumentou “[...] que é impossível crescer na América sem acreditar que o objetivo da vida é ser um Sucesso” (PODHORETZ, 1967). De forma mais contenciosa, ele escreveu que “[...] também é impossível crescer na América sem acreditar que o Sucesso requer, e exige, uma corrupção radical do espírito” (PODHORETZ, 1967). Em suma, *Making it* lançou luz sobre o segredinho sujo dos intelectuais de Nova Iorque: ambição, mais do que atenção aos princípios estéticos mais elevados, foi o que lhes deu destaque. Embora a descrição de Podhoretz dos intelectuais esforçados fosse principalmente autobiográfica e ele tivesse chegado a acreditar que a ambição era necessária e, talvez, até boa, os intelectuais de Nova Iorque que ele implicou, seja pelo nome ou por insinuação, reagiram com raiva. A crítica mordaz de Mailer sobre *Making it*, por exemplo, pareceu para Podhoretz como “um ato de fratricídio”. Em uma entrevista de 1969, Podhoretz atribuiu essa resposta hostil ao

argumento do livro de que “[...] é possível viver uma vida razoavelmente decente e manter a integridade moral, intelectual e espiritual dentro da sociedade americana sem se tornar um revolucionário” (JEFFERS, 2010, p. 107). Essa ideia, na época, era “uma espécie de blasfêmia” (JEFFERS, 2010, p. 110).¹⁶

Na sequência de *Making it*, Podhoretz se distanciou da vida intelectual de Nova Iorque, onde se tornou *persona non grata*. Ele até tirou uma licença da *Commentary*. Durante esse interlúdio, teve o que mais tarde descreveu, em termos religiosos, como uma experiência de conversão. Quando voltou para sua mesa editorial, em 1970, Podhoretz era um neoconservador assumido. Ele iniciou seriamente uma ofensiva ideológica contra a Nova Esquerda, a contracultura e tudo o que ele considerava subversivo nos anos 1960. Em um de seus primeiros editoriais pós-conversão, Podhoretz argumentou que a lição a aprender com os anos 1960 era que o otimismo político inebriante era mais prejudicial do que o pessimismo que havia permeado os anos 1950. Ele também racionalizou suas próprias peregrinações políticas, alegando que ele e os intelectuais de Nova Iorque chegaram às suas várias posições, incluindo o radicalismo, “pela rota das ideias”, ao contrário da maioria dos novos esquerdistas, que seguiram “a rota do rancor pessoal” (PODHORETZ, 1970, p. 30–31). Podhoretz e os neoconservadores presumiram que suas exortações políticas eram abstratas, impessoais e objetivas. Em contraste, os novos esquerdistas – estudantes radicais, feministas e militantes negros – respondiam a um conjunto de sinais particulares, pessoais e subjetivos (PODHORETZ, 1970).

Podhoretz pensava que nada menos do que a alma dos Estados Unidos estava em jogo em sua campanha para erradicar a influência indevida da Nova Esquerda. Kristol também acreditava estar vivendo um momento perigoso: cada pergunta, por menor que fosse, exigia

.....
16 JEFFERS. *Norman Podhoretz*, pp. 107 e 110. _____. “Podhoretz on Intellectuals”. *Manhattan Tribune*, February 1, 1969, pp. 4-5 – encontrado nos arquivos de Norman Podhoretz, localizados na caixa 3, na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso, em Washington, DC.

grandes respostas; todo debate, por mais provinciano que fosse, apelava para crenças fundamentais. Kristol aproveitou a ocasião de um artigo da *Commentary* de 1970, *Urban civilization and its discontents* (A civilização urbana e seus descontentes), nominalmente sobre a agitação que se espalhava como um incêndio nas cidades dos Estados Unidos, para marcar um ponto muito maior. Ele raciocinou que se os cidadãos estadunidenses “se comportavam como uma turba urbana burguesa” era porque o sistema de crenças contracultural carecia das qualidades do autogoverno republicano: “firmeza de caráter, resolubilidade mental e uma predisposição amena para subordinar os próprios interesses ao interesse público” (KRISTOL, 1970, p. 34). A elegia de Kristol às virtudes republicanas com “r” minúsculo, em outras palavras, multiplicou-se como um manual contra os costumes contraculturais que prevaleciam em grande parte da cultura. A contracultura, ele acreditava, estava fazendo o que podia para destruir a ética do trabalho protestante que sustentava a ordem social democrática. O vivo e saudável *Consciousness III* (Consciência III), de Charles Reich, ameaçava a nação que os neoconservadores passaram a amar (GERSON, 1994; KRISTOL, 1970, 1972b).

“Se há alguma coisa sobre a qual os neoconservadores são unânimes”, escreveu Kristol, “é sua aversão à ‘contracultura’, que desempenhou um papel tão notável na vida americana nos últimos quinze anos”. Isso era certamente verdadeiro para Podhoretz, cuja ruptura com a Nova Esquerda o liberou para explorar seu antigo – mas até então latente – desgosto pelos valores contraculturais, pela primeira vez revelado em 1958, quando ele escreveu um contundente ensaio na *Partisan Review* sobre os Beatniks intitulado *The know-nothing bohemians*” (Os boêmios que não sabem de nada). O jovem Podhoretz (1958) pensava que a adoração do primitivismo e da espontaneidade pela geração Beat indicava um irracionalismo perigoso; a gramática torturada dos Beats implicava um desejo secreto de “[...] matar aqueles personagens incompreensíveis que

são capazes de se envolver seriamente com uma mulher, um trabalho, uma causa” (PODHORETZ, 1958). Já em 1958, Podhoretz se preocupava com os efeitos perniciosos de um antinomianismo que desprezava os compromissos estadunidenses tradicionais. Essas preocupações cresceram a todo vapor depois que ele se mudou para a direita política (STEINFELS, 1979).

No início dos anos 1970, Podhoretz havia declarado uma guerra ideológica contra aqueles que haviam assumido a causa dos Beats, aqueles novos esquerdistas e entusiastas da contracultura que expressam os valores da classe média estadunidense “[...] em termos que estão encharcados em um desprezo arrogante pela vida de milhões e milhões de pessoas” (PODHORETZ, 1970, p. 5). “Eles não estão expressando”, perguntou Podhoretz (1970, p. 6), “o desejo de não serem americanos?”. Ele e seus companheiros neoconservadores não conseguiam simpatizar com pessoas que odiavam um país que lhes dera tantas oportunidades. Onde mais os judeus de origem operária poderiam conseguir tanto, eles se perguntaram. Procurando explicar uma atitude que lhes parecia quase inexplicável, os neoconservadores desenvolveram uma teoria persuasiva sobre uma “nova classe” de pessoas poderosas cujos interesses coletivos eram hostis ao que os Estados Unidos têm de tradicional. Eles inovaram essa teoria ao retrabalhar um discurso dissidente soviético mais antigo, fundado pelo anarquista do século XIX Mikhail Bakunin, que a esquerda antistalinista considerou um profeta por antecipar que a “ditadura do proletariado” de Marx se tornaria “o tipo de governo mais angustiante, ofensivo e desprezível no mundo”. O pensamento da nova classe ganhou um público maior nos Estados Unidos após a publicação, em 1957, do livro *The new class* (A nova classe), do dissidente iugoslavo Milovan Djilas (1957), que postulava que a elite comunista ganhou poder através da aquisição de conhecimento em oposição à aquisição de propriedade.¹⁷

.....
17 PODHORETZ, N. Redemption through Politics. *Commentary*, January 1971, pp. 5-6. BRIGGS, B. Bruce (ed.). *The New Class?* New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1979, p. 11.

Os neoconservadores, muitos deles ex-esquerdistas antistalinistas, acharam atraente o pensamento da nova classe que migrou do mundo comunista. No entanto, mais central para sua análise de uma nova classe estadunidense foi a famosa análise de Lionel Trilling da revolta de vanguarda contra a sociedade burguesa – o que Trilling chamou de “cultura adversária”. Os artistas modernistas há muito desafiavam as normas burguesas convencionais. Essa atitude antagônica, observou Trilling (1965), foi a premissa mesma sobre a qual o modernismo foi fundado. Mas, durante a maior parte de sua história, o modernismo se refugiou do filistinismo nos enclaves protetores da boêmia. Os modernistas não tentaram originalmente converter a sociedade burguesa; em vez disso, isolaram-se dela. Na década de 1960, porém, a boêmia havia chegado às massas; a cultura adversária havia se infiltrado na corrente principal da cultura estadunidense tradicional. A teoria de Trilling sobre a popularização da cultura adversária – uma denominação que passou a ser usada alternadamente com a de nova classe – foi uma ferramenta poderosa para compreender a virada antiestadunidense tomada por acadêmicos, mídia, artes plásticas, fundações e até mesmo alguns setores do governo, como o bem-estar social e as agências reguladoras. Também passou a ser a explicação neoconservadora padrão para as guerras culturais que surgiram a partir daquela década de polarização. Um memorando de Moynihan para Nixon, em 1970, exemplificou essa estrutura:

Sem dúvida, há uma luta acontecendo neste país do tipo que os alemães costumavam chamar de *Kulturkampf*. A cultura adversária que domina quase todos os canais de difusão de informação e formação de opinião nunca foi tão forte e, pelo que posso dizer, quase silenciou os representantes da América tradicional.¹⁸

.....
18 Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, Artigos de Moynihan, caixa I: 245, pasta 3.

Os neoconservadores, é claro, não foram os primeiros estadunidenses a agredir verbalmente os intelectuais. Como deixou bastante claro o livro *Anti-intellectualism in American life* (Anti-intelectualismo na vida estadunidense), de Richard Hofstadter (1962), vencedor do Prêmio Pulitzer de 1964, a animosidade dirigida aos intelectuais não era nova. Na verdade, a ambígua nova classe tinha alguma semelhança com o igualmente amorfo “sistema liberal” desprezado por pessoas como Joe McCarthy. No período do pós-guerra, um número crescente de intelectuais conservadores, liderados por William Buckley Jr., editor-fundador da *National Review*, uniu-se para formar o que Sidney Blumenthal (1986) chamou de “contraestabelecimento”. Buckley e seus colegas contraintelectuais haviam feito uma carreira criticando intelectuais muito antes de Kristol e Podhoretz darem suas fatídicas guinadas para a direita. O tratado de Buckley de 1950 contra os professores de Yale, *God and man at Yale* (Deus e o homem em Yale), foi uma lamentação sobre os professores que subverteram o currículo para seus fins “secularistas e coletivistas”. Buckley, fazendo sempre o humorista, salpicava seus ensaios com tiradas anti-intelectuais deliciosas. “Prefiro confiar o governo dos Estados Unidos”, brincou ele, “às primeiras 400 pessoas da lista telefônica de Boston do que ao corpo docente da Universidade de Harvard” (BUCKLEY, 1951). O ponto em que o pensamento da nova classe diferia das tensões anteriores do anti-intelectualismo conservador estava em como os neoconservadores o formularam, especificamente, para a tarefa de compreender a Nova Esquerda. Os intelectuais da direita mais antiga, em contraste, nunca trabalharam para entrar na mente da Nova Esquerda. Mais comumente, eles entenderam a Nova Esquerda simplesmente como a conclusão lógica do liberalismo. Russell Kirk (1969), colunista de educação básica da *National Review* e fundador do jornal tradicionalista *Modern Age*, chegou a admitir sentimentos de *schadenfreude* quando os Novos Esquerdistas confrontaram furiosamente os liberais que supervisionavam “o que é

tolamente chamado de ensino superior na América” (KIRK, 1969, p. 18). Kirk entendeu a tentativa da Nova Esquerda de tomar o controle da universidade como um comportamento consistente com a filosofia liberal reinante de John Dewey – uma filosofia que Kirk passou a maior parte de sua vida criticando. Como ele escreveu em 1955 (p. 31): “A busca pelo poder e a gratificação da concupiscência são as ocupações lógicas do homem racional em um mundo que é simplesmente humano e simplesmente natural”. Kirk não procurou separar o pensamento da Nova Esquerda do liberalismo relativista que o precedeu porque, desprovidos de Deus, nenhum dos dois era resgatável; nem os liberais nem os seus primos próximos na Nova Esquerda poderiam se abster de buscar o poder humano sem as restrições tradicionais impostas pela hierarquia religiosamente ordenada (KIRK, 1955, 1969; MATTSON, 2008).

Ao contrário dos pensadores conservadores tradicionalistas que fundiram o liberalismo com a Nova Esquerda, os neoconservadores acreditavam que a Nova Esquerda havia contaminado a cultura intelectual liberal que eles amavam. O fato de terem detectado tal mudança foi uma das razões centrais para sua conversão política; foi uma das principais razões pelas quais os neoconservadores se mostraram tão úteis ao moderno movimento conservador estadunidense. Assim, a textura do anti-intelectualismo pós-anos 1960 foi mais bem revelada nos escritos neoconservadores e até mesmo na ficção. No romance *Mr. Sammler’s Planet* (O planeta do Sr. Sammler), de 1969 – um romance neoconservador por excelência –, Saul Bellow desenhou um retrato do tipo nova classe distinto das caricaturas anti-intelectuais mais antigas. Na cena de abertura, Artur Sammler reclama que “[...] o homem intelectual se tornou uma criatura explicativa. Pais para filhos, esposas para maridos, professores para ouvintes, especialistas para leigos, colegas para colegas, médicos para pacientes e o homem para sua própria alma explicaram” (BELLOW, 1969, p. 3). Apesar de ele mesmo ser um explicador, Sammler está alienado, porque

acredita que a maioria das explicações contradiz o “conhecimento natural” inato à alma humana. Divertindo-se com a coruja de Minerva de Hegel, que voa apenas ao anoitecer – uma referência à alegoria de Hegel sobre a filosofia ser revelada apenas após os fenômenos – Sammler diz que a alma repousa “infelizmente em superestruturas de explicação, pobre pássaro, sem saber para que lado voar” (BELLOW, 1969, p. 3). Lamentando que os intelectuais cada vez mais dedicam seu trabalho para racionalizar o mau comportamento, Sammler oferece uma crítica velada do *éthos* de libertação dos anos 1960:

O trabalho do puritanismo estava terminando agora, os moinhos satânicos escuros se transformando em moinhos satânicos iluminados. Os réprobos convertidos em filhos da alegria, as formas sexuais do harém e da mata do Congo adotadas pelas massas emancipadas de Nova York, Amsterdã, Londres. (BELLOW, 1969, p. 32)¹⁹

Ao se posicionar contra os costumes intelectuais contemporâneos, Bellow e os neoconservadores se aliaram às sensibilidades mais autênticas dos estadunidenses medianos. Em outras palavras, a mente neoconservadora era a intelectualização do *éthos* da classe trabalhadora branca. Como disse um escritor da *Commentary*: “Três trabalhadores discorrendo sobre assuntos públicos em um bar talvez possam mostrar mais clareza, astúcia e bom senso” do que um representante da “nova classe” com suas “pesadas inquietações”. Dessa forma, os neoconservadores elaboraram o populismo conservador grosseiro das campanhas presidenciais de George Wallace. Eles deram expressão teórica às eviscerações coloquiais de Spiro Agnew dos “nababos tagarelas da negatividade”. Mais importante, eles ajudaram a dar sentido ao fato aparentemente incongruente de que alguns dos cidadãos mais privilegiados da nação

.....
19 Revisão por Irving Stock do artigo de Bellow: *Mr. Sammler's Planet*, *Commentary*, May 1970, 89–94. SCHRYER, Stephen. *Fantasies of the New Class: Ideologies of Professionalism in Post-World War II American Fiction*. New York: Columbia University Press, 2011.

também se tornaram os mais adversários. Essas eram as pessoas que o intelectual católico e neoconservador em ascensão Michael Novak rotulou de *know-everythings* (sabichões): “[...] profissionais abastados, laicos em seus valores, gostos e iniciativas, indiferentes ou hostis à família, equipados com pós-graduação, segurança econômica e poder cultural” (STEINFELS, 1979, p. 57-58).

Deve-se notar que o pensamento de nova classe costumava ser uma ferramenta mais adequada para polêmicas neoconservadoras do que para análises precisas. Em uma série de “retratos de tipos de personagens familiares” (RABINOWITZ, 1970, p. 62) que ela escreveu para a *Commentary* no início dos anos 1970, Dorothy Rabinowitz fez caricaturas da nova classe construídas sobre um edifício frágil de reducionismo psicológico. Por exemplo, o “professor radicalizado” de Rabinowitz foi qualificado desse modo porque sentia a picada da ansiedade por status: a profissão que ele escolheu não acumulou as recompensas sociais que ele acreditava ter direito. Esse ressentimento foi então convertido em simpatia por “negros e pessoas do Terceiro Mundo” e outros com melhores motivos para estarem ressentidos. Rabinowitz zombou da incapacidade do professor radical de distinguir o certo do errado, mesmo nas funções mais básicas exigidas de seu trabalho.

Solicitado a selecionar a literatura mais empolgante que conhece para os cursos introdutórios à faculdade”, lamentou ela, “ele seleciona a literatura negra. (Ele está animado com o fato de os negros poderem realmente escrever livros.) A repercussão anônima de uma vasta literatura ocidental nunca o entusiasmou tanto. (RABINOWITZ, 1970)

Rabinowitz satirizou os professores da nova classe por substituir os clássicos atemporais da civilização ocidental por literatura *au courant* – obras que ela considerou dignas de nota não por sua excelência, mas apenas como prova da irreverência do professor radicalizado (RABINOWITZ, 1970).

A polêmica contra a nova classe alcançou níveis ainda maiores de hipérbole quando o assunto era a virada à esquerda feita, nos anos 1960, pela *New York Review of Book*. Essa revista em particular incomodava os neoconservadores não apenas porque havia se tornado um veículo de “antiamericanismo” – tornando ainda mais necessário que a *Commentary* se tornasse um instrumento, nas palavras de Podhoretz, do “anti-antiamericanismo” (AN INTERVIEW WITH..., 1972) –, mas também porque foi lida muito mais amplamente do que suas revistas. O grupo de escritores da *New York Review* incluía, de fato, alguns dos críticos mais contundentes dos Estados Unidos, como Noam Chomsky, Christopher Lasch, Mary McCarthy e I. F. Stone. A capa da edição de agosto de 1967, publicada após os tumultos massivos que trouxeram morte e destruição às ruas de Detroit e Newark, apresentava um diagrama infame de como fabricar um coquetel molotov. Nessa edição, Andrew Kopkind (1967) avaliou desfavoravelmente a filosofia não violenta de Martin Luther King Jr. em comparação às teorias da revolução mais violentas de Malcolm X e Frantz Fanon, escrevendo: “A moralidade, como a política, começa no cano de uma arma” (KOPKIND, 1967). Um revisor da *Commentary* descreveu essa linha como “[...] talvez a frase mais ofensiva e ofensora que já apareceu na *The New York Review*” (WRONG, 1970).

Além de seus usos polêmicos, a teorização da nova classe era crível porque estava baseada em uma sociologia plausível. Considere os acadêmicos como um estudo de caso. Na década de 1960, o sistema de credenciais universitárias se tornou a principal porta de entrada para o mundo profissional, um mecanismo de classificação para a hierarquia do colarinho branco. Nesse sentido, o ressentimento de classe voltado para os acadêmicos fazia sentido, de uma forma equivocada, uma vez que eles detinham os requisitos para o sucesso econômico futuro de qualquer indivíduo. O número de membros do corpo docente nos Estados Unidos aumentou de 48.000, em 1920, para mais de 600.000, em 1972. Como essa legião crescente

de acadêmicos tendia a se inclinar para a esquerda em suas políticas, particularmente nas ciências humanas e sociais, em que os debates sobre a promessa dos Estados Unidos emolduravam o currículo, a afirmação de Podhoretz de que “[...] milhões e milhões de jovens começaram a ser expostos à – alguns podiam até mesmo dizer doutrina – cultura adversária dos intelectuais” (BRIGGS, 1979, p. 23) não parecia tão exagerada.²⁰

O intelectual que melhor elaborou as ansiedades neoconservadoras sobre a trajetória do Ensino Superior foi Nathan Glazer, outro produto da Alcova nº 1 do CCNY. Em 1964, Glazer assumiu um cargo no departamento de sociologia da Universidade da Califórnia. Ensinar no campus de Berkeley o posicionou perfeitamente para observar a radicalização do movimento estudantil, desde o *Free speech movement* (Movimento pela Liberdade de Expressão), de 1964, até o movimento contra a Guerra do Vietnã, no final dos anos 1960. Em 1969, Glazer argumentou que os protestos estudantis ameaçavam as liberdades que historicamente prosperaram nas universidades. “A ameaça à liberdade de expressão, ao ensino livre, à pesquisa livre”, advertiu Glazer (1969b), “vem de estudantes brancos radicais, de estudantes negros militantes e de seus defensores do corpo docente”. Glazer simpatizou com algumas das causas defendidas pelos alunos. Ele criticou a Guerra do Vietnã desde o início. Mas Glazer acreditava que a universidade deveria ser poupada de sua ira destrutiva porque ela “incorpora valores que transcendem as características dadas de uma sociedade ou os desastres específicos de uma administração” (GLAZER, 1969b). Glazer nunca se tornou um neoconservador completo: ao contrário de Kristol e Podhoretz, ele continuou votando nos democratas. Mas as ações dos radicais do campus dissolveram sua relutância em admitir que havia se tornado mais conservador. Como Glazer escreveu em um artigo da *Commentary*, de 1970, que explicava sua “desradicalização”:

.....
20 Acerca dos números e análises da população crescente de estudantes, ver Livingston (2009).

Argumentei desde o início que as novas táticas, a nova violência da linguagem e o novo prazer pelo confronto e pelo combate político continham mais uma ameaça ao que permanecia valioso dentro das universidades do que a esperança de mudá-las ou de mudar as políticas públicas. (GLAZER, 1970)

Para Glazer e os neoconservadores, a universidade representava tudo o que eles valorizavam na sociedade estadunidense: além de ser um fórum de investigação livre, era um caldeirão meritocrático em que pessoas inteligentes, até mesmo judeus da classe trabalhadora, podiam prosperar. Atacar a universidade significava atacá-los. Por essa razão, os levantes estudantis supostamente fizeram mais do que qualquer outra questão para galvanizar os intelectuais anteriormente liberais contra a Nova Esquerda. Uma série de neoconservadores, incluindo Glazer, Kristol e Bell (1969), o filósofo Sidney Hook (1970) e o sociólogo Seymour Martin Lipset (1971), escreveu ou editou livros sobre a “anarquia acadêmica” e a “rebelião na universidade”. No discurso de formatura que proferiu em 1968, na Universidade de Columbia, minutos depois de várias centenas de estudantes radicais terem encenado uma greve, Richard Hofstadter pregou que

[...] imaginar que a melhor maneira de mudar uma ordem social é começar atacando seus centros de pensamento, estudo e crítica mais acessíveis não é apenas mostrar um completo desprezo pelo caráter intrínseco da universidade, mas também desenvolver uma estratégia curiosamente autodestrutiva para a mudança social. (HOFSTADTER, 1968)

O cientista político James Q. Wilson (1972) levou esse argumento um passo teórico adiante em um artigo da *Commentary* de 1972, em que argumentou que o Ensino Superior estava cavando o túmulo do liberalismo por estar muito aberto à cultura adversária que se

enraizou em seus salões sagrados. “A liberdade não pode existir fora de algum sistema de ordem, mas nenhum sistema de ordem está imune a ataques intelectuais” (WILSON, 1972) Ao emitir uma advertência ameaçadora de que “os laços de civilidade dos quais depende a manutenção da sociedade são mais frágeis do que costumamos admitir” (WILSON, 1972), Wilson deu a entender que os Estados Unidos manifestavam condições precariamente semelhantes às de Weimar, Alemanha, uma comparação espúria que, no entanto, se tornou um mantra neoconservador.

Em seu artigo para a *Commentary*, Wilson listou uma série de mudanças no Ensino Superior de que não gostava, incluindo a polêmica “[...] adoção de sistemas de cotas para reduzir a admissão de certos tipos de alunos ou aumentar a admissão de outros tipos” (WILSON, 1972). Os neoconservadores foram os primeiros e mais veementes críticos das cotas raciais, adotadas por muitas universidades nos anos 1960 como uma forma de cumprir a Ordem Executiva 11.246 do presidente Johnson, que determinava que a igualdade como um fato exigia uma ação afirmativa. Em 1968, o cientista político John Bunzel escreveu um artigo crítico para o *The Public Interest* sobre o programa de estudos negros recém-formado na Faculdade Estadual de São Francisco, onde lecionava. Bunzel temia que os estudos negros intensificassem as tendências de pensamento de grupo que ele acreditava serem inerentes ao *Black Power* e a outros movimentos identitários e que isso “substituiria a omissão pela propaganda”, “velhas mentiras por novos mitos” (BUNZEL, 1968). Mas, para Bunzel, a pior ideia apresentada pelos estudos negros era que altos padrões codificavam a discriminação racial e, portanto, precisariam ser revisados ou totalmente descartados. Essa premissa funcionava em dois níveis. Em primeiro lugar, os acadêmicos dos estudos negros acreditavam que seu conhecimento deve ser criado do zero para desfazer a reprodução acadêmica das normas racistas. Assim, eles evitavam notas de rodapé, revisão por pares e outras práticas tradicionais que, para

Bunzel, garantiam padrões de excelência acadêmica. Em segundo lugar, os estudos negros defendem cotas de admissão para garantir que a maioria dos alunos que se formaram em estudos negros fossem de fato negros. Nathan Hare, o primeiro diretor do programa da Faculdade Estadual de São Francisco, chegou a argumentar que os candidatos à faculdade deveriam fornecer fotos. “De que outra forma”, perguntou ele, “vamos identificar os negros?”. Em resposta a esse raciocínio, Bunzel (1968) fez uma pergunta própria, exemplar da retórica “daltônica” que moldou a crítica conservadora da ação afirmativa: “A cor é o teste de competência?”.

As cotas foram formativas para o pensamento neoconservador porque criaram uma divisão entre judeus e negros – uma aliança interétnica que havia ajudado a cimentar a poderosa coalizão do *New Deal*, que dominou a política democrática e nacional desde os anos 1930 (ADAMS, 1999). É claro que os neoconservadores argumentaram tipicamente contra as cotas em termos não étnicos e não raciais. Podhoretz, falando como um estadunidense abstrato, argumentou que as cotas derrubaram, fundamentalmente, o “princípio básico do sistema americano”, de que o indivíduo é o principal “sujeito e objeto de todas as leis, políticas e pensamentos”. O ponto de Podhoretz deliberadamente ignorou que judeus meramente dez anos mais velhos do que ele, incluindo Kristol, não puderam frequentar as universidades da *Ivy League* devido às cotas anti-judaicas. Earl Raab ofereceu uma defesa menos atemporal e mais precisa do mérito individual quando escreveu que as cotas reverteram a “ascensão americana do status alcançado sobre o status atribuído” (RAAB, 1972, p. 44). Mas, além de apelar para conceitos amplamente aplicáveis como mérito individual, historicamente precisos ou não, os neoconservadores também argumentaram contra as cotas com base nos interesses particulares dos judeus estadunidenses. Em seu artigo de 1968, *The new racialism* (O novo racismo), Moynihan, como católico, abordou essa questão de uma forma que seus amigos intelectuais judeus não conseguiam.

“Deixe-me ser franco”, afirmou Moynihan (1968, p. 35): “Se as cotas étnicas devem ser impostas às universidades americanas e instituições quase-públicas semelhantes, são os judeus que tendem a ser expulsos. Eles não são três por cento da população”. Em outras palavras, desde o fim do antigo sistema de cotas que protegia o privilégio WASP²¹, os judeus fizeram avanços notáveis, especialmente no Ensino Superior e nas profissões que exigiam diplomas avançados – avanços desproporcionais ao seu número total. Como resultado, Moynihan e outros neoconservadores raciocinaram que as políticas baseadas em raça e etnia, particularmente as cotas proporcionais, só prejudicariam os judeus.²²

Além de temer que as cotas limitariam a capacidade dos judeus de melhorar seu status, os neoconservadores também temiam que o próprio debate estivesse levantando o espectro do antissemitismo. Como disse o editor colaborador da *Commentary*, Milton Himmelfarb (1969, p. 37): “Ao ouvir o que algumas pessoas falam hoje em dia, alguém poderia pensar que o princípio do mérito é uma conspiração judaica”. Dado que os judeus estavam subindo a escada social estadunidense do pós-guerra com notável velocidade e que tais oportunidades foram supostamente concedidas àqueles que as mereciam – àqueles que dominavam um conjunto de padrões aparentemente objetivos –, quando os teóricos do *Black Power* reduziram tais padrões a expressões de racismo institucional, as pessoas de ambos os lados do debate sobre as cotas chegaram a conclusões sinistras. “Os judeus conseguiram ser identificados como os americanos por excelência”, observou Podhoretz.

Os judeus passaram a ser considerados a burguesia ‘*echt*’ (pura), a mais americana dos americanos, a classe média mais alta da classe média, o mais suburbano dos subúrbios, aqueles que chegaram lá. Se você odeia a classe

.....
21 Sigla para *White Anglo-Saxon Protestant*, isto é, tipicamente, protestantes norte-americanos brancos, de ascendência inglesa (N. T.).

22 Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, Artigos de Podhoretz, caixa 3.

média americana e acredita que isso é o que os judeus são, obviamente vai pensar que os judeus fedem. (AN INTERVIEW WITH..., 1972, p. 9)

Como era seu estilo, Podhoretz exagerou. A maioria dos estadunidenses não confundiu os judeus estadunidenses com algo tão específico quanto a classe média. Mesmo nos anos 1960, quando a retórica política estadunidense estava mais quente do que o normal, o antissemitismo funcionou como sempre funcionou, de acordo com a metáfora apropriada do historiador Stephen Whitfield (1995, p. 364), “o cachorro que não latia”. No entanto, dadas às greves polarizadoras de professores que dominaram as manchetes da cidade de Nova Iorque no final dos anos 1960 – a crise de *Ocean-Hill Brownsville*, que trouxe tensões entre judeus e negros à tona com uma vingança –, Podhoretz e os neoconservadores podem ser perdoados por seus embelezamentos sobre antissemitismo.

No centro da crise de Ocean-Hill Brownsville estava Albert Shanker, o antigo chefe da United Federation of Teachers (Federação Unida de Professores – UFT) da cidade de Nova Iorque e da American Federation of Teachers (Federação Estadunidense de Professores – AFT), que viria a ser considerado um neoconservador, apesar de ser um sindicalista vitalício e um social-democrata. Shanker foi indiscutivelmente o líder educacional mais polarizador da história dos Estados Unidos, um legado turbulento evidente no fato de que ele tanto foi satirizado no filme *Sleeper* (O dorminhoco), de Woody Allen, de 1973, como o homem que nada menos do que explodiu o mundo, quanto recebeu postumamente a Medalha da Liberdade do Presidente Bill Clinton. Quando Shanker infamemente liderou a UFT em três greves diferentes de professores no outono de 1968, ele estava defendendo não apenas os membros do seu sindicato, mas também um sistema de padrões que ele acreditava ser meritocrático. Nisso, suas ações eram consistentes com os argumentos neoconservadores contra as cotas, pelo menos aquelas de tipo abstrato. Mas a dinâmica racial da crise de Ocean-Hill Brownsville

turvou as águas da lógica universalista de Shanker. Ele e muitos dos professores sindicalizados para os quais trabalhava eram judeus; aqueles que se opuseram a eles eram negros ou aliados do movimento *Black Power* (KAHLENBERG, 2007).

Em 1967, cidadãos negros nos bairros de Ocean Hill e Brownsville, no Brooklyn, com apoio político e financeiro de uma série de liberais brancos e da Nova Esquerda – incluindo o prefeito John Lindsay, o presidente da Fundação Ford, McGeorge Bundy, Paul Goodman e os conselhos editoriais do *The New York Times* e da *New York Review of Books* – empreenderam um experimento controverso de controle comunitário de suas escolas. Os ativistas de Ocean Hill e Brownsville, influenciados pelas teorias *Black Power* de Malcolm X, Stokely Carmichael, Charles Hamilton e Harold Cruse, acreditavam que suas escolas estavam fracassando em grande parte por causa do racismo embutido nas instituições educacionais da cidade. Esse racismo institucional era evidente não apenas nas disparidades de recursos, que, de fato, estavam se nivelando por consequência do aumento do apoio federal sob a égide da Grande Sociedade de Johnson. As lideranças de Ocean Hill e Brownsville também apontaram para o racismo do corpo docente. Nisso eles não estavam sozinhos. O respeitado psicólogo liberal Kenneth Clark, cujo famoso “estudo de bonecas” influenciou a decisão da Suprema Corte no caso *Brown vs. Conselho de Educação*, em 1954, ao demonstrar os efeitos prejudiciais da segregação na psique de crianças negras, escreveu em seu livro *Dark ghetto: dilemmas of social power* (Gueto escuro: dilemas do poder social), de 1965, que as crianças negras “[...] não estão sendo ensinadas porque aqueles que têm a responsabilidade de ensiná-las não acreditam que elas podem aprender, não esperam que elas possam aprender e não agem em relação a elas de maneiras que as ajudem a aprender” (CLARK, 1965, p. 131). Até mesmo Shanker admitiu que as bases da UFT eram racistas em vários graus. Diante disso, as lideranças da comunidade contrataram professores negros para substituir os

professores predominantemente brancos com o fundamento de que, ao contrário de seus colegas brancos, eles não presumiam que os alunos negros eram incapazes de se realizar academicamente (CLARK, 1955, 1965; PODAIR, 2002).

Para Shanker e o sindicato, se os professores negros serviriam melhor ou não aos alunos negros era menos importante do que o fato de que o controle da comunidade infringia um contrato coletivamente negociado pelo qual os professores eram contratados e promovidos de acordo com um conjunto de testes padronizados aos quais eram submetidos em vários momentos ao longo de sua carreira. Quanto mais os educadores pontuavam nesses exames, mais segurança no emprego eles obtinham e mais rápido avançavam suas carreiras. O sistema de mérito dos professores da cidade de Nova Iorque, que Shanker e os membros da UFT acreditavam ser objetivo e, portanto, meritocrático, geralmente atendia bem aos brancos, especialmente aos judeus, que compunham a maioria do sindicato. Mas, muitas vezes, deixava os professores negros para trás. Assim, como parte de suas prerrogativas de controle comunitário, os ativistas de Ocean Hill e Brownsville violaram os termos do contrato da UFT e demitiram vários professores brancos, substituindo-os por professores negros e brancos não sindicalizados que estavam comprometidos com os princípios do controle comunitário. Essa mudança, previsivelmente, deixou irado o poderoso e experiente Shanker, que, graças à solidariedade do sindicato, derrotou decisivamente as lideranças da comunidade Ocean-Hill Brownsville. Quando 54 mil dos 57 mil professores das escolas públicas de Nova Iorque entraram em greve em resposta à decisão do conselho comunitário de Ocean-Hill Brownsville de dispensar professores sindicalizados, não uma, não duas, mas três vezes, Shanker e a UFT colocaram o prefeito Lindsay de joelhos. Em 1970, o controle comunitário pelas comunidades negras estava extinto na cidade de Nova Iorque (RAVITCH, 1974).

A crise de Ocean-Hill Brownsville destruiu a afinidade entre judeus e negros que havia formado o alicerce do cosmopolitismo de Nova Iorque no século XX. Antes da batalha pelo controle comunitário, a abordagem pedagógica oficial da UFT refletia o pluralismo cultural moderado do liberalismo da Guerra Fria, mais bem expresso pelo célebre livro de Glazer e Moynihan, de 1963, sobre etnicidade, *Beyond the melting pot: the negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians, and Irish of New York City* (Além do caldeirão: negros, porto-riquenhos, judeus, italianos e irlandeses da cidade de Nova Iorque). Em oposição às estratégias assimilacionistas mais coercitivas dos educadores anteriores, os professores pluralistas seguiram as sugestões de Glazer e Moynihan, que teorizaram que a consciência étnica era uma forma social duradoura. A UFT incentivou gentilmente os professores a reconhecer a etnicidade em seus currículos, desde que também ensinassem os alunos a valorizar o desempenho individual e a coesão nacional. Essa versão liberal do pluralismo da Guerra Fria era mais branda do que a promovida por pensadores pluralistas da Era Progressista, como Herbert Croly, Randolph Bourne, Horace Kallen e Alain Locke, que abraçaram militantemente a diversidade étnica em face de um americanismo repressivo que Croly (1909, p. 139 apud SEHAT, 2011, p. 206) descreveu como uma “homogeneidade instintiva”. Esses primeiros pluralistas esperavam que os interesses de vários grupos étnicos, mesmo quando incompatíveis, iriam, ao contrário da sabedoria convencional sobre a unidade nacional, ajudar a preservar um tecido nacional durável na medida em que houvesse força na diversidade. Os pluralistas liberais da Guerra Fria, como Glazer e Moynihan (1963), reverteram essa fórmula. Eles postularam que o reconhecimento da diferença étnica, por mais duradouro que fosse, era politicamente possível apenas sob a proteção de uma identidade nacional forte. Os ativistas pelo controle comunitário de Ocean Hill e Brownsville não conseguiram encontrar valor em pedagogias pluralistas que se conformavam a uma identidade estadunidense normativa.

Reproduzir bons estadunidenses não era sua prioridade. Durante a curta era do controle comunitário, um professor de estudos sociais branco foi censurado pelo conselho de Ocean-Hill Brownsville por instruir seus alunos que a moderação era a abordagem superior para as relações raciais, uma filosofia que ele transportou para sua sala de aula por meio de questões como “por que a chave para a paz e a felicidade é encontrada ao se observar a moderação nas coisas?”. A maior reclamação que os ativistas do *Black Power* levantaram contra o currículo pluralista moderado foi que ele tratava a história afro-americana de forma semelhante à história dos grupos étnicos europeus, sugerindo que se irlandeses, italianos e judeus estadunidenses podiam prosperar superando a discriminação, então os negros estadunidenses também poderiam. Essas interpretações raciais dissonantes deixaram os dois lados em um impasse. Isso, por sua vez, levou ao aumento da retórica incendiária, trocada, em parte, na forma de estereótipos antissemitas abomináveis. Um professor negro supostamente escreveu um poema vil sobre Shanker: “Ei, garoto judeu, com aquele quipá na cabeça, você judeu de rosto pálido, desejo que morto você apareça”. Uma carta dirigida aos “cambistas” da UFT os indiciava “[...] pelo sério retardo educacional de nossos filhos negros”. Embora a carta não tenha sido assinada, Shanker distribuiu meio milhão de cópias para ajudar a desacreditar o projeto de controle comunitário, uma tática que teve grande sucesso.²³

Os neoconservadores presumiram o pior sobre o movimento *Black Power*. Quando os militantes negros começaram a citar Israel regularmente entre as nações coloniais agressoras às quais se opunham, os neoconservadores acreditavam que o antissemitismo era o fator motivador, o que foi aparentemente confirmado por Stokely Carmichael quando ele proclamou: “O único bom sionista é um sionista morto” (CARSON, 2004, p. 142). Mais desconcertante para

.....
23 A questão para discussão do professor e a carta anônima são citadas em Podair (2002). O poema antissemitico é citado em Gerson (1994).

os neoconservadores era que tantos intelectuais incentivassem esse preconceito. Glazer (1969a) explicou a aparente ascensão do antissemitismo “[...] como um elemento do niilismo enraivecido que muitos intelectuais brancos e judeus encorajaram e apoiaram entre os negros”. Podhoretz (KEMPTON; GELMAN, 1969) sustentava que os intelectuais apoiavam amplamente o controle comunitário, apesar de seus elementos impróprios, simplesmente porque acreditavam que era uma posição moralmente superior para se assumir quanto às relações raciais. O funcionário da UFT Patrick Harnett, escrevendo no *Village Voice*, argumentou que os intelectuais do “ambiente da classe média alta” apoiavam o controle comunitário porque a raça era uma questão abstrata para quem viviam na Park Avenue ou em Connecticut Shangri-La. “Todo mundo sabe”, escreveu Harnett (apud PODAIR, 2002, p. 131), com mais do que um toque de sarcasmo inteligente, “que o cavalheiro sulista dono de escravos era menos preconceituoso do que o branco não escravista”. Whitney Young, presidente da *National Urban League* (Liga Urbana Nacional), reforçou a noção de que os intelectuais pró-controle comunitário eram fanáticos de classe quando argumentou que o racismo era mais comum entre os “camponeses ricos” que compunham a UFT, isto é, entre os

[...] brancos das classes baixa e média que chegaram lá – que estão a uma geração de distância do WPA e do bem-estar social –, ou ainda, entre pessoas com renda de classe média, mas que não são asseguradas por visões civilizadas, nem por experiências estéticas, culturais e educacionais. (YOUNG apud PODAIR, 2002, p. 126)

Claro, apesar do preconceito de classe, os debates sobre transporte e criminalidade que permearam a política nacional no início dos anos 1970 ilustraram que a análise de Young incluía alguns grãos de verdade – ou, pelo menos, que as políticas de raça e classe em exibição

na crise de Ocean-Hill Brownsville eram mais desconcertantes do que a maioria dos observadores contemporâneos se deram conta. Em 1972, outra controvérsia envolvendo o ensino público, em outro bairro do Brooklyn, tornou clara a mudança nos parâmetros raciais e étnicos dos Estados Unidos pós-1960. Desta vez, a parte do Brooklyn em questão era Canarsie, um bairro majoritariamente judeu e italiano logo ao sul de Ocean Hill e Brownsville, bairros majoritariamente negros. Os residentes de Canarsie boicotaram suas escolas públicas para protestar contra o fim da segregação. Em um ato que o historiador Jonathan Rieder (1985, p. 216-217) chama de “vingança branca protelada contra a crise escolar de 1968 em Nova York”, a UFT apoiou as ações dos residentes de Canarsie, revertendo convenientemente a posição do sindicato sobre o controle comunitário. Um residente de Canarsie bradou contra os “malditos liberais” que “gritaram junto com os negros em 1968 pelo controle comunitário. Agora os brancos querem o que os negros têm”, continuou ele, “e vocês vêm nos dizer que não podemos ter” (RIEDER, 1985, p. 217). Onde as lideranças de Ocean Hill e Brownsville falharam, os manifestantes de Canarsie tiveram sucesso. O conselho de educação da cidade cedeu às suas demandas e desistiu de seus planos de promover a integração nas escolas de Canarsie. O drama dos estadunidenses brancos resistindo à dessegregação foi representado repetidas vezes na década de 1970 nas lutas em torno do transporte (*busing*)²⁴ em todo o país (RIEDER, 1985).

Transportar alunos negros para escolas brancas e vice-versa se tornou o mecanismo principal para dessegregar as escolas no final dos anos 1960. Em 1971, a Suprema Corte consignou

.....
24 De difícil tradução, o termo *busing* – que também aparecerá nos parágrafos seguintes – se refere a uma política de dessegregação que consistia no transporte de estudantes para dentro ou fora dos distritos escolares aos quais estavam inicialmente atribuídos com o propósito de diversificar a composição racial das escolas. Optamos por traduzi-lo circunstancialmente por “transporte”, ainda que a palavra em português não apreenda a especificidade de seu significado em inglês (N. T.).

essa ferramenta em sua decisão no caso *Swann vs. Conselho de Educação de Charlotte-Mecklenburg*, determinando que os tribunais federais estavam dentro de seus limites legais para ordenar que o transporte escolar atuasse com aquela finalidade. Mas, enquanto os juízes consideraram esse tipo de transporte uma solução lógica para uma situação inconstitucional, a maioria dos cidadãos brancos do país, particularmente os afetados, o considerou uma imposição irracional. Na eleição presidencial de 1972, **transporte** (*busing*) emergiu como uma palavra-chave da retórica política estadunidense. Nixon, em particular, ganhou vantagem política apostando em uma posição contrária ao transporte que, combinada com a postura de combate à criminalidade que funcionava a seu favor desde a campanha de 1968, conquistou-lhe novas fissuras no Partido Democrata. Como Thomas e Mary Edsall (1991, p. 31) argumentam, o transporte “[...] caiu como um machado no Partido Democrata, cortando conexões de longa data e criando um novo conjunto de alianças problemáticas: operários brancos do norte com sulistas contra negros e liberais de classe média alta”. O combate ao transporte desempenhou, dessa forma, um papel importante na formação da Maioria Silenciosa que deu a Nixon uma maioria eleitoral enorme sobre McGovern.

Sem surpresa, os neoconservadores, que se aliaram a Nixon na maioria das questões domésticas, tinham muito a dizer sobre o transporte. Em um artigo para a *Commentary* de 1972 – *Is busing necessary?* (O transporte é necessário?) –, Glazer argumentou que as escolas integradas eram uma má ideia quando a raça era a única questão. “Integrar brancos infelizes e geralmente de baixa renda do centro da cidade com negros de baixa renda, especialmente em condições de ressentimento e conflito”, argumentou Glazer (1972), “provavelmente não resultará em nada, em termos educacionais”. Neoconservadores como Glazer adicionaram carga científico-social à visão popular de que o transporte simplesmente não valia o custo. Eles ofereceram cobertura acadêmica a políticos como Nixon

e seu sucessor, Gerald Ford, que, ao contrário do mais demagógico George Wallace, não queriam necessariamente ser confrontados com qualquer reação racial ocorrendo em lugares como Canarsie e o sul de Boston. Esta última cidade experimentou sua própria batalha sobre o transporte, em 1974, quando católicos brancos se revoltaram violentamente contra os planos de integrar suas escolas com os alunos do bairro negro próximo de Roxbury. Argumentos baseados em evidências contra o transporte possibilitaram a Nixon e Ford ficar do lado dos relatados 80% dos bostonianos que se opuseram ao transporte, sem parecer alinhados com aqueles que penduraram cartazes inflamatórios do lado de fora da *South Boston High School* (Colégio do Sul de Boston), como “Transportem-nos de volta para a África!”. Nessa questão, como em tantas outras, os neoconservadores apresentaram racionalizações intelectuais para uma classe trabalhadora branca cada vez menos simpática às reformas liberais, particularmente aquelas que pareciam beneficiar os negros às suas custas (LUKAS, 1985; RICHER, 1998).

A criminalidade foi outra questão que alinhou a imaginação neoconservadora com as sensibilidades da classe trabalhadora branca. Irving Kristol ficou famoso ao dizer que um neoconservador é “um liberal que foi assaltado pela realidade”. Dado seu *éthos* agressivo contra a criminalidade, a citação também faria sentido de uma forma ligeiramente abreviada: um neoconservador “é um liberal que foi assaltado”. James Q. Wilson (1971) fez mais do que qualquer outro neoconservador – e mais do que qualquer outro pensador – para traduzir as ansiedades sobre os níveis crescentes de criminalidade em políticas draconianas adotadas tanto por republicanos quanto por democratas. Assim como argumentou que a abertura de uma educação liberal sobreviveria apenas se a ordem fosse mantida nos campi universitários do país, Wilson defendeu que a democracia duraria apenas em um ambiente urbano ordeiro. E, para que isso acontecesse, os liberais que dominavam o pensamento oficial sobre o sistema de justiça precisavam ser honestos sobre raça

e crime. “O fato de os negros cometerem uma parcela desproporcional de certos crimes”, escreveu ele, “levou aqueles que falaram pelos negros ou sobre eles na década de 1960 a negar o fato, a explicá-lo como resultado de um sistema policial discriminatório ou a argumentar que os negros são levados a isso pela pobreza e segregação” (WILSON, 1971).

Wilson estava correto ao afirmar que, no final dos anos 1960, muitos liberais – sendo muitos da Nova Esquerda – acreditavam que a criminalidade resultava de fatores sociais intrinsecamente ligados ao racismo institucional. Assim, a solução liberal de esquerda para o crime foi criar um sistema judiciário que perdoa, focado mais em formas de prevenção do que em punição. Wilson destacou que a tendência liberal de esquerda de ver a criminalidade como consequência de uma sociedade racista era extremamente impopular entre os eleitores, que votavam cada vez mais em políticos menos hospitaleiros com os criminosos. Mas Wilson (1971) também argumentou que a abordagem liberal de esquerda estava simplesmente errada, citando estudos que mostravam que forças policiais reforçadas e sentenças mais rígidas eram os únicos métodos comprovados para reduzir a criminalidade com sucesso. “Embora as melhorias contínuas na prosperidade e na redução da discriminação possam, em última análise, ser os melhores remédios para a criminalidade”, ele admitiu, “no curto prazo, os esforços da sociedade devem se voltar para a melhoria do sistema de justiça criminal como um mecanismo de controle social justo e eficaz” (WILSON, 1971, p. 77). Em outras palavras, as abstrações grandiosas da criminologia liberal de esquerda serviam para desviar a atenção da implementação de maneiras eficazes de combater a criminalidade – outra das muitas consequências não intencionais do esquerdismo que neoconservadores como Wilson procuraram destacar.

O fato de que as prescrições da política de Wilson eram relativamente antipáticas à situação dos negros estadunidenses – e de que tais receitas, quando postas em ação por políticos empenhados em

travar uma “guerra contra o crime”, levavam previsivelmente ao encarceramento em massa de jovens negros – revelou muita coisa sobre as atitudes raciais neoconservadoras. No entanto, longe de serem racistas abomináveis do tipo de um Bull Connor – comissário de segurança pública de Birmingham, cujo nome se tornou sinônimo da defesa branca sulista das leis de Jim Crow quando, em 1963, soltou cães de ataque e canhões de água contra ativistas não violentos dos direitos civis –, os intelectuais urbanos de Nova Iorque reprovavam o preconceito provinciano. No entanto, a crença neoconservadora de que os negros estadunidenses poderiam superar o racismo se apenas trabalhassem com afinco – em outras palavras, se seguissem o exemplo dos judeus estadunidenses – desmentia suas pretensões cosmopolitas. Os neoconservadores estavam cegos para o fato bastante significativo de que os negros estadunidenses, como escreve o historiador David Hollinger (2005, p. 177), “[...] são o único grupo étnico-racial a herdar um legado de muitos séculos de escravidão e de ampla degradação institucionalizada sob a ordenação da autoridade constitucional federal”. A leitura obviamente equivocada da história pelos neoconservadores provavelmente resultou do fato de que eles entendiam que suas próprias circunstâncias peculiares eram mais universais do que de fato eram. Nisso, os neoconservadores viam os Estados Unidos pelas lentes do típico imigrante assimilado, certamente mais culto, mas ainda assim típico. Como Jacob Heilbrunn (2008) argumenta mais amplamente sobre a mudança neoconservadora da esquerda para a direita, a maneira de apreciá-la “[...] pode ser enfocando o neoconservadorismo como um drama inquietante, controverso e tempestuoso da assimilação dos imigrantes judeus – uma história muito americana” (HEILBRUNN, 2008, p. 14).

Ao mover o discurso do racismo aberto para uma defesa “daltônica” do mérito individual – “a cor é o teste de competência?” –, os neoconservadores também se afastaram das discussões influenciadas pelo *Black Power* sobre o racismo institucional. Nisso,

o pensamento racial neoconservador se mesclava com formas microeconômicas de análise social que estavam ganhando espaço nos círculos acadêmicos e políticos. Em outras palavras, os neoconservadores viraram o radicalismo cultural da Nova Esquerda de cabeça para baixo, argumentando que as ideologias adversárias contribuía tanto para a má cultura quanto para a má economia. Eles interpretaram os movimentos da Nova Esquerda como hostis aos valores estadunidenses tradicionais e perigosamente anticapitalistas. Os neoconservadores utilizaram uma poderosa linguagem política estadunidense que separava aqueles que ganham dinheiro daqueles que não ganham. Durante as revoltas populistas do final do século XIX e durante as grandes iniciativas sindicais da década de 1930, atribuiu-se a uma elite corporativa gananciosa o papel de sanguessugas. Os neoconservadores, ao contrário, argumentaram que a Nova Esquerda – especialmente o movimento *Black Power* – possibilitou uma cultura parasitária.

A ideia de que as sensibilidades da Nova Esquerda eram perigosamente anticapitalistas também informou a crítica neoconservadora sobre a libertação de mulheres e gays. O fato de os neoconservadores se inclinarem para a direita nas questões de gênero não surpreende, dada a esfera masculina altamente carregada habitada pelos intelectuais de Nova Iorque. Mas também é paradoxal, dado que a intelectual neoconservadora que mais escreveu sobre questões de gênero foi, na verdade, a esposa de Podhoretz, Midge Decter, que rejeitava as noções de que o mundo dela era um mundo sexista. Decter, nascida em 1927 e empregada em várias pequenas revistas que pontuaram a paisagem intelectual de Nova Iorque durante os anos do pós-guerra, afirmou ter sempre sido um tanto tradicional em assuntos relacionados a sexo e família, apesar de ter se divorciado do primeiro marido relativamente jovem. O biógrafo de seu segundo marido, Podhoretz, escreve: “Tanto Midge quanto Norman entenderam seus papéis de ‘gênero’ naquilo que os acadêmicos chamam de termos ‘essencialistas’” (JEFFERS, 2010, p. 207)

Decter (1971, 1974) lançou sua política de gênero “essencialista” ou conservadora em resposta à “libertação das mulheres”. Ela articulou vigorosamente suas visões antifeministas em dois livros, *The liberated woman and other Americans* (As mulheres libertadas e outras americanas), publicado em 1971, e *The new chastity and other arguments against women’s liberation* (A nova castidade e outros argumentos contra a libertação das mulheres), publicado no ano seguinte. Ao fazer isso, Decter registrou que, em vez de se alistar na guerra entre os sexos, ela estava oferecendo seus serviços para as guerras culturais.²⁵

A contestação geral de Decter era que as mulheres estadunidenses estavam melhores do que nunca. Por exemplo, as mulheres adquiriram novas habilidades para garantir um emprego lucrativo e controlar a gravidez por meio do controle da natalidade. No entanto, como ela procurou mostrar, mesmo com tais avanços, ou talvez por causa deles, as feministas cegamente lutaram contra as restrições patriarcais. Decter argumentou que as mulheres se juntaram ao movimento de libertação das mulheres não por um desejo de novas liberdades, mas por medo de que, com as novas liberdades, surgissem novas responsabilidades. “A libertação das mulheres não representa uma nova onda de demanda por direitos iguais. Nem sua preocupação com a opressão sinaliza um anseio por liberdade” (DECTER, 1974, p. 43), ela reclamou. Em vez disso, emergiu das “dificuldades que as mulheres estão enfrentando com os direitos e liberdades de que já desfrutam” (DECTER, 1974, p. 43). Por exemplo, se as mulheres pretendiam entrar no local de trabalho como os homens, raciocinou Decter, elas precisavam estar preparadas para competir no implacável mercado de trabalho capitalista ao qual os homens há muito haviam se acostumado. Em suma, Decter acreditava que as feministas eram adversárias à disciplina

.....
25 Historiadores do neoconservadorismo tendem a ignorar Midge Decter. Ronnie Grinberg serve como um corretivo útil em *Jewish intellectuals, masculinity, and the making of modern american conservatism, 1930-1980* (2010).

consagrada nas tradições estadunidenses, como a ética de trabalho protestante que as neoconservadoras, em sua maioria judias, passaram a adorar.

A análise antifeminista de Decter foi uma expressão paradigmática do pensamento neoconservador da nova classe. Ela se preocupava com o fato de que a propensão intelectual feminista de super-teorizar as experiências da “vida cotidiana”, como “casamento, divórcio, criar filhos, trabalhar para ganhar a vida, envelhecer e por fim, acima de tudo, sexo” (DECTER, 1974, p. 43), criou problemas que antes não existiam. Ao contrário das feministas da cultura adversária, Decter acreditava ser sua missão fechar a lacuna entre, de um lado, as formas comuns e “naturais” pelas quais as pessoas experimentavam a vida e, de outro, as formas artificiais pelas quais as feministas intelectualizavam exageradamente a experiência. Para Decter, assim como para todos os neoconservadores, os anos 1960 distorceram as visões de mundo das jovens supostamente mimadas que hasteavam as bandeiras da libertação das mulheres. “Acima de tudo, sendo uma criatura dos anos sessenta em vez dos cinquenta, [a jovem feminista] não precisa saber que a liberdade é um fim em si mesma, isto é, um valor cujas conexões mais fortes não são, portanto, com felicidade, mas com responsabilidade” (DECTER, 1971, p. 12). Decter continuou: “[A] liberdade que ela realmente busca é de um tipo bastante diferente. É uma liberdade exigida pelas crianças e usufruída por ninguém: a libertação de todas as dificuldades” (DECTER, 1971, p. 12). A responsabilidade tornou-se uma tradição estadunidense sacrossanta para Decter e seus colegas neoconservadores. Seu desdém pela nova classe surgiu da crença de que seus membros se esquivavam da responsabilidade e, pior ainda, convenciam uma nova geração de estadunidenses a fazer o mesmo. O declínio estadunidense, cultural e econômico, deve-se à influência da cultura adversária. Somente um redespertar cultural e econômico conservador poderia renovar os Estados Unidos.

Claro, a análise de gênero neoconservadora muitas vezes se traduziu no que só poderia ser descrito como pudor e, em suas formas mais preconceituosas, homofobia. Daniel Bell (1996, p. 9), que se autodenominava “socialista na economia, liberal na política e conservador na cultura”, lamentou o *éthos* transgressivo dos anos 1960 – para o qual usou *Chelsea girls*, de Andy Warhol, como ponto de referência – com sua “preocupação obsessiva com homossexualidade, travestismo, sodomia e – o mais difundido de tudo – sexo oral em público” (DECTER, 1971, p. 63). A homofobia de Decter foi exibida de forma ainda mais completa em seu infame artigo da *Commentary* de 1980, *The boys on the beach* (Garotos na praia), um violento ataque anedótico ao movimento de libertação gay. Nesse artigo, Decter enquadrou sua oposição geral aos direitos dos homossexuais por meio de suas observações sobre os homens gays que povoavam *Fire Island*, um resort de praia em Long Island onde ela e sua família passavam os verões no início dos anos 1960. Entre outras calúnias, Decter interpretou a homossexualidade de *Fire Island* como uma nova classe de fuga das responsabilidades impostas aos homens por mulheres e crianças. Ela acusou os gays de *Fire Island* de exibirem seu comportamento narcisista em face dos homens heterossexuais que levavam devidamente suas vidas monótonas, mas significativas. Os heterossexuais que Decter defendia se sentiam

[...] zombados acima de tudo por terem se tornado, tanto no estilo quanto na substância, homens de família, apanhados em obter e gerar, pensando em hipotecas, escolas e no que podem bancar, marcando a passagem dos anos em obediência a todos os imperativos encardidos que a masculinidade heterossexual parece impor. (DECTER, 1980, p. 38)

O artigo de Decter (1980) causou um escândalo literário, trazido à tona quando o mestre polemista Gore Vidal (2008) decidiu revisá-lo no *The Nation*. O ensaio de Vidal, *Pink triangle and yellow*

star (Triângulo rosa e estrela amarela), criticava Decter pelo estilo. Ela escreveu, ele zombou, “[...] com a autoridade e a confiança fácil de alguém que sabe que é muito conhecida pelos poucos que a conhecem” (VIDAL, 2008, p. 343) – e, mais importante, por substância. Nesse caso, Vidal se ofendeu com a suposição de Decter de que os gays ostentosos de *Fire Island* representavam todos os gays. Muitos outros gays, argumentou Vidal, se escondiam à vista de todos devido à homofobia generalizada. Vidal também zombou da ideia de Decter de que os gays viviam para atormentar os homens heterossexuais. “Embora o sangue de Decter estivesse sempre fervendo ao contemplar esses meio-homens não naturais e imaturos, eles estavam”, ele suspeitou, “serenamente inconscientes dela e de seus camaradas da nova classe, adorando solenemente no santuário d’A Família” (VIDAL, 2008, p. 345). Ao intitular seu artigo *Pink triangle and yellow star*, Vidal chamou a atenção para Decter como judia e para a *Commentary* como uma publicação judaica. “Nos campos de concentração alemães”, escreveu ele, “os judeus usavam estrelas amarelas, enquanto os homossexuais usavam triângulos rosas” (VIDAL, 2008, p. 341). No contexto da eleição de Ronald Reagan à presidência, em 1980, e com a recém-descoberta visibilidade política dos evangélicos, que divulgavam abertamente mensagens antigays, Vidal argumentou que judeus e homossexuais, mais uma vez, tinham inimigos comuns e deveriam se unir. Ainda assim, a “Sra. Norman Podhoretz”, ele escreveu fervilhando, “conseguiu não apenas reunir todos os preconceitos e superstições conhecidos sobre homossexuais, mas também inventar alguns novos. Por pura energia e vigor, ‘Boys on the Beach’ supera seu modelo implícito, *The Protocol of the Elders of Zion* [O protocolo dos anciões de Sião]” (VIDAL, 2008, p. 341).

Para Vidal (2008), chamar a atenção para Decter como judia desse modo foi inflamatório. Isso também estava errado, quanto ao julgamento da posição judaica nos Estados Unidos. O fato de alguns judeus, particularmente aqueles de convicção neoconservadora,

terem encontrado uma causa comum com os evangélicos não restringiu sua liberdade como judeus nos Estados Unidos. Muito pelo contrário, como George H. Nash (2009) argumenta de forma convincente: a virada conservadora tomada pelos judeus na *Commentary* demonstrou que os judeus pertenciam mais do que nunca à corrente dominante. “Em 1945, a *Commentary* nasceu em uma subcultura marginal, empobrecida, composta de imigrantes e num meio intelectual que apregoava ‘alienação’ e ‘não conformidade crítica’ como as verdadeiras marcas do intelectual vis-à-vis sua própria cultura”, Nash (2009, p. 243) escreve.

Duas gerações depois, a *Commentary* se mantinha na corrente principal da cultura estadunidense, e até mesmo do conservadorismo americano, como celebrante da bondade fundamental do regime estadunidense, tendo Norman Podhoretz, filho de um leiteiro imigrante, como seu defensor. (NASH, 2009, p. 244)

Ao celebrar a “bondade fundamental” dos Estados Unidos e de suas instituições, os neoconservadores acreditavam que estavam prestando um serviço importante ao regime que amavam: estavam protegendo-o da Nova Esquerda, que eles pensavam que iria destruí-lo. Essa disputa entre a Nova Esquerda e os neoconservadores – essa dialética da revolução cultural conhecida como os anos 1960 – ajudou a conferir aos Estados Unidos uma divisão que ficaria conhecida como as guerras culturais.

REFERÊNCIAS

ADAMS, M.; BRACEY, J. (ed.). *Strangers and neighbors: relations between blacks and jews in the United States*. Amherst: University of Massachusetts Press, 2000.

AN INTERVIEW with Norman Podhoretz. *Perspective*, New York, v. 7, n. 1, p. 3-18, Fall 1972.

- ARGUING the world. Direção e produção: Joseph Dorman. New York: First Run Features, 1998. 1 DVD (106 min), son., color.
- BELL, D. *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- BELL, D. Sensibility in the 60's. *Commentary*, New York, June 1971. Disponível em: <https://bit.ly/3O3mxct>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- BELL, D.; KRISTOL, I. (ed.). *Confrontation: the student rebellions and the universities*. New York: Basic Books, 1969.
- BELL, D. *The cultural contradictions of capitalism*. 20th anniversary ed. New York: Basic Books, 1996.
- BELLOW, S. *Mr. Sammler's planet*. New York: Viking, 1969.
- BLUMENTHAL, S. *The rise of the counter-establishment: the conservative ascent to political power*. New York: Crown, 1986.
- BRIGGS, B. B. (ed.). *The new class?* New Brunswick: Transaction Books, 1979.
- BUCKLEY JR., W. F. *God and Man at Yale: the superstition of "academic freedom"*. Chicago: Henry Regnery, 1951.
- BUNZEL, J. H. Black studies at San Francisco state. *The Public Interest*, n. 51, p. 22-38, Fall 1968.
- CARSON, B. Stokely Carmichael. In: GATES JR., H. L.; HIGGINBOTHAM, E. B. (ed.). *African American lives*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CLARK, K. B. *Prejudice and your child*. Boston: Beacon Press, 1955.
- CLARK, K. B. *Dark ghetto: dilemmas of social power*. New York: Harper and Row, 1965.
- DECTER, M. *The liberated woman and other Americans*. New York: Coward, McCann & Geoghehan, 1971.
- DECTER, M. *The new chastity and other arguments against women's liberation*. New York: Capricorn Books, 1974.
- DECTER, M. The boys on the beach. *Commentary*, New York, September 1980. Disponível em: <https://bit.ly/3KDII6S>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- DJILAS, M. *The new class: an analysis of the communist system*. Fairfield: Praeger, 1957.

- EDSALL, T. B.; EDSALL, M. D. *Chain reaction: the impact of race, rights, and taxes on America politics*. New York: W. W. Norton, 1991.
- GEARY, D. Racial liberalism, the Moynihan report and the Dædalus project on “the negro American”. *Dædalus*, Cambridge, v. 140, n. 1, p. 53–66, 2011.
- GERSON, M. *The neoconservative vision*. Seattle: Madison Books, 1994.
- GLAZER, N.; MOYNIHAN, D. P. *Beyond the melting pot: the negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians, and Irish of New York City*. Cambridge: MIT Press, 1963.
- GLAZER, N. Blacks, jews and intellectuals. *Commentary*, New York, April 1969a. Disponível em: <https://bit.ly/3KRkEOJ>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- GLAZER, N. Student politics and the university. *The Atlantic*, Boston, v. 224, n. 1, p. 43–53, 1969b.
- GLAZER, N. On being deradicalized. *Commentary*, New York, p. 74–80, October 1970.
- GLAZER, N. Is busing necessary? *Commentary*, New York, March 1972. Disponível em: <https://bit.ly/3jxyPfi>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- GRINBERG, R. A. *Jewish intellectuals, masculinity, and the making of modern American conservatism, 1930–1980*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) –Universidade Northwestern, Evanston, 2010.
- HEILBRUNN, J. *They knew they were right: the rise of the neocons*. New York: Doubleday, 2008.
- HIMMELFARB, M. Is American Jewry in crisis? *Commentary*, New York, p. 37, March 1969.
- HIMMELFARB, G. *The de-moralization of society: from Victorian virtues to modern values*. New York: Knopf, 1995.
- HODGSON, G. *The gentleman from New York: Daniel Patrick Moynihan, a biography*. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2000.
- HOFSTADTER, R. *Anti-intellectualism in American Life*. New York: Vintage, 1962.
- HOFSTADTER, R. The 214th Columbia University commencement address. *Columbia University Libraries*, New York, 4 jun. 1968. Disponível: <https://bit.ly/37ynzMZ>. Acesso em: 8 abr. 2022.

- HOLLINGER, D. *Postethnic America: beyond multiculturalism*. New York: Basic Books, 2005.
- HOOK, S. *Academic freedom and academic anarchy*. Spokane: Cowles, 1970.
- JEFFERS, T. L. *Norman Podhoretz: a biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KAHLENBERG, R. D. *Tough liberal: Albert Shanker and the battle over schools, race, and democracy*. New York: Columbia University Press, 2007.
- KEMPTON, B.; GELMAN, D. Podhoretz on intellectuals. Interview. *Manhattan Tribune*, New York, p. 4-5, 1 fev. 1969.
- KIRK, R. *Academic freedom: an essay in definition*. Chicago: Henry Regnery, 1955.
- KIRK, R. The university and the revolution: an insane conjunction. *Intercollegiate Review*, [S. l.], p. 18, Winter 1969.
- KRISTOL, I. Is the welfare state obsolete? *Harper's*, New York, p. 39-43, June 1963.
- KRISTOL, I. Urban civilization and its discontents. *Commentary*, New York, p. 34, July 1970.
- KRISTOL, I. *et al.* [Display ad 182]. *The New York Times*, New York, 15 out. 1972a.
- KRISTOL, I. *On the democratic idea in America*. New York: Harper and Row, 1972b.
- KRISTOL, I. *Neo-conservatism: the autobiography of an idea*. New York: Free Press, 1995.
- KOPKIND, A. Soul power. *The New York Review*, New York, n. 5, p. 3-6, August 1967.
- LASCH, C. *The agony of the American left*. New York: Vintage Books, 1969.
- LIPPMANN, W. *Essays in the public philosophy*. New York: Transaction, 1989.
- LIPSET, S. M. *Rebellion in the university*. New York: Transaction, 1971.
- LIVINGSTON, J. *The world turned inside out: American thought and culture at the end of the 20th century*. New York: Rowman and Littlefield, 2009.

- LUKAS, J. A. *Common ground: a turbulent decade in the lives of three American families*. New York: Vintage Books, 1985.
- MATTSON, K. *Rebels all!: a short history of the conservative mind in postwar America*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2008.
- MOYNIHAN, D. P. The new racialism. *Atlantic*, p. 35, August 1968.
- NASH, G. H. *The conservative intellectual movement in America: since 1945*. Wilmington: ISI, 1998.
- NASH, G. H. *Reappraising the right: the past and future of American conservatism*. Wilmington: ISI, 2009.
- NAUGHTON, J. M. U.S. to tighten surveillance of radicals. *The New York Times*, New York, 12 abr. 1970, p. 1. Disponível em: <https://nyti.ms/37oyad9>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- PODAIR, J. E. *The strike that changed New York: blacks, whites, and the Ocean Hill–Brownsville crisis*. New Haven: Yale University Press, 2002.
- PODHORETZ, N. The know-nothing bohemians. *Partisan Review*, New York, p. 305–311, Spring 1958.
- PODHORETZ, N. My negro problem – and ours. *Commentary*, New York, n. 35, p. 93–101, 1963.
- PODHORETZ, N. Laws, kings, and cures. *Commentary*, New York, p. 30–31, October 1970.
- PODHORETZ, N. The new hypocrisies. *Commentary*, New York, v. 50, n. 6, p. 5–6, 1970.
- PODHORETZ, N. Redemption through politics. *Commentary*, New York, p. 5–6, January 1971.
- PODHORETZ, N. *Ex-friends: falling out with Allen Ginsberg, Lionel and Diana Trilling, Lillian Hellman, Hannah Arendt, and Norman Mailer*. New York: Simon & Schuster, 1999.
- RAAB, E. Which war and which poverty? *Public Interest*, New York, p. 45–56, Spring 1966.
- RAAB, E. Quotas by any other name. *Commentary*, New York, p. 41–45, January 1972.
- RABINOWITZ, D. The radicalized professor: a portrait. *Commentary*, New York, p. 62–64, July/August 1970.

- RAINWATER, L.; YANCEY, W. L. *The Moynihan report and the politics of controversy*. Cambridge: MIT Press, 1967.
- RAVITCH, D. *The great school wars: a history of the New York City public schools*. New York: Basic Books, 1974.
- REED, T. F. *Not alms but opportunity: the urban league & the politics of racial uplift, 1910–1950*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008.
- RICHER, M. Boston's busing massacre. *Policy Review*, Stanford, 1 nov. 1998.
- RIEDER, J. *Canarsie: the Jews and Italians of Brooklyn against liberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- ROBIN, C. *The reactionary mind: conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- SANDEL, M. J. *Democracy's discontent: America in search of a public philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- SCHRYER, S. *Fantasies of the new class: ideologies of professionalism in post-World War II American fiction*. New York: Columbia University Press, 2011.
- SEHAT, D. *The myth of American religious freedom*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- SPENDER, S. *Encounters: an anthology from the first ten years of Encounter magazine*. New York: Basic Books, 1963.
- STEINFELS, P. *The neoconservatives: the men who are changing America's politics*. New York: Simon & Schuster, 1979.
- STOCK, I. Mr. Sammler's Planet, by Saul Bellow. *Commentary*, p. 89–94, May 1970.
- TRILLING, L. *Beyond culture: essays on literature and learning*. New York: Viking Adult, 1965.
- VAÏSSE, J. *Neoconservatism: the biography of a movement*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.
- VIDAL, G. Pink Triangle and Yellow Star. In: PARINI, J. (ed.). *The selected essays of Gore Vidal*. New York: Doubleday, 2008. p. 341–345.

WALD, A. M. *The New York Intellectuals: the rise and decline of the anti-stalinist left from the 1930s to the 1980s*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1987.

WHITFIELD, S. J. The longest hatred. *Reviews in American History*, Baltimore, v. 23, n. 2, p. 364-369, 1995.

WILSON, J. Q. Crime and the liberal audience. *Commentary*, New York, p. 71-78, 1971. Disponível em: <https://bit.ly/3LX57wj>. Acesso em: 11 abr. 2022.

WILSON, J. Q. Liberalism versus liberal education. *Commentary*, New York, p. 50-54, June 1972. Disponível em: <https://bit.ly/3vwPntx>. Acesso em: 11 abr. 2022.

WRONG, D. H. The Case of the “New York Review””. *Commentary*, New York, p. 49-63, November 1970. Disponível em: <https://bit.ly/3uzDmUN>. Acesso em: 11 abr. 2022.